



INAC

Relatório de Gestão 2007

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Relatório de Gestão 2007

EDIÇÃO

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Rua B – Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz
Aeroporto de Lisboa – 1749-034 Lisboa
Telef.: +351 218 423 500 / Fax.: +351 218 402 398 / e-mail: inacgeral@inac.pt
www.inac.pt

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão

DESIGN E PAGINAÇÃO

Departamento de Comunicação

PERIODICIDADE: Anual


DATA DA EDIÇÃO: Maio de 2008

ÍNDICE

0. MENSAGEM DO CONSELHO DIRECTIVO	5
1. EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR.....	10
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
2.1. EIXOS PRIORITÁRIOS DE ACTUAÇÃO	15
2.2. EIXO 1: SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL	16
2.2.1. <i>Reforço da acção de supervisão.....</i>	<i>16</i>
2.2.2. <i>Adequação da Regulamentação e Regulação às necessidades do sector.....</i>	<i>26</i>
2.2.3. <i>Auditorias ao INAC, I.P.</i>	<i>30</i>
2.3. EIXO 2: REPRESENTAÇÃO DO INAC, I.P. EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	31
2.3.1. <i>Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.....</i>	<i>31</i>
2.3.2. <i>36.ª Assembleia-Geral da ICAO.....</i>	<i>32</i>
2.3.3. <i>Representação do INAC em organizações internacionais</i>	<i>32</i>
2.4. EIXO 3: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	35
2.4.1 <i>Projecto de Atendimento Geral</i>	<i>36</i>
2.4.2 <i>Projecto de Infra-Estruturas Tecnológicas.....</i>	<i>36</i>
2.4.3 <i>Promoção de utilização de ferramentas e-government.....</i>	<i>37</i>
2.5. EIXO 4: REFORÇO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA-FINANCEIRA DO INAC,IP	38
2.6. EIXO 5: REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DOS RECURSOS HUMANOS	39
3. RECURSOS HUMANOS	41
4. RELATÓRIO E CONTAS	49
4.1. INTRODUÇÃO	49
4.2. SALDOS DE GERÊNCIA	50
4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	51
4.4. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	58
4.5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
4.6. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	75
4.7. PERSPECTIVAS FUTURAS	76
4.8. PARECER DO FISCAL ÚNICO	77
5. NOTAS FINAIS	79
6. GLOSSÁRIO.....	81

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with a network of thin, dashed lines forming various geometric shapes, including circles and triangles. Small airplane icons are scattered throughout the design, appearing to fly along the paths of the dashed lines.

00

Mensagem do Conselho Directivo

0. MENSAGEM DO CONSELHO DIRECTIVO

Foi 2007 mais um ano de desafios para o INAC, I.P., tanto a nível nacional como internacional, exigindo uma resposta adequada por parte do Instituto.

No plano internacional saliente-se o relevante papel do INAC, I.P. na promoção e organização de diversas iniciativas no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no segundo semestre. Assim, aumentou o âmbito da sua intervenção nas instancias internacionais. Neste contexto, a Conferência *ECAC/EU Dialogue* constituiu o evento de maior impacto.

A eleição do Presidente do Conselho Directivo do INAC, I.P. como Presidente da Conferência Europeia da Aviação Civil (CEAC), a integração de Portugal no *Abis Group* e a constituição da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas, foram outros acontecimentos representativos da intervenção activa do INAC, I.P. Assim esperamos ter contribuído para o reforço do prestígio, da notoriedade e imagem da aviação civil portuguesa, a nível nacional e, sobretudo, no panorama da aviação civil europeia e internacional.

No âmbito estritamente nacional, e com impacto interno, podemos identificar diversos factos relevantes ligados directa ou indirectamente ao cumprimento da missão do INAC, I.P.

O primeiro relaciona-se com as alterações ocorridas no universo da Administração Pública, consubstanciadas através da conclusão do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e, conseqüentemente, com a publicação, em Abril, da nova Lei Orgânica e dos novos Estatutos do INAC, I.P..

Na área da Segurança da Aviação Civil e Transporte Aéreo, e à semelhança de anos anteriores, o INAC, I.P. deu especial atenção à melhoria contínua dos processos e serviços, quer através da regulação, quer através da regulamentação do sector aeronáutico. As auditorias efectuadas pela EASA, ao INAC, I.P., vieram comprovar o sucesso desta política.

Assim, é de salientar a realização de várias acções de formação, a elaboração, aprovação e publicação de diversos manuais, diplomas e outros documentos, bem como o significativo acréscimo, face ao ano 2006, do número de licenças de pilotos emitidas, de averbamentos de qualificações em licenças profissionais e de concessões e alterações de licenças de empresas de transporte e trabalho aéreo.

Num contexto de grande contenção de execução orçamental, o INAC.I.P. teve um desempenho positivo em 2007. Neste âmbito, salientam-se os resultados auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas e Inspeção-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Este bom desempenho constitui o reflexo da motivação, competência e profissionalismo dos trabalhadores e colaboradores do INAC, I.P., a quem o Conselho Directivo manifesta o apreço e reconhecimento pelo empenho e espírito de missão demonstrados.

Promover uma cultura de excelência, implementar e desenvolver uma Política de Serviço Público de qualidade, e actuar com dinamismo, eficiência, eficácia e proactividade, de modo a construir, no presente, os alicerces da aviação civil do futuro – moderna, segura, inovadora, respeitando o meio ambiente e os direitos dos consumidores, fonte geradora de valor acrescentado e impulsionadora de desenvolvimento tecnológico, social e económico – será sempre o nosso desígnio principal.

Lisboa, Agosto de 2008

O Conselho Directivo

NOTA PRÉVIA

O relatório de actividades do INAC, IP relativo ao exercício económico de 2007 que agora se apresenta compreende cinco capítulos:

- I – Evolução recente do sector
- II – Actividades desenvolvidas de acordo com os eixos prioritários definidos
- III – Recursos humanos
- IV – Relatório e Contas
- V – Notas finais

No Capítulo I sintetizam-se alguns aspectos da conjuntura económica, e da evolução do sector da aviação civil no plano internacional e nacional.

No capítulo II são descritos os objectivos e principais linhas de orientação previstos no Plano de Actividades para 2007 e que enquadraram a actividade desenvolvida pelo Instituto no último ano. No quadro definido pelo DL 183/96, é apresentada uma descrição sucinta das orientações gerais prosseguidas pelo INAC, IP no decorrer do exercício económico de 2007 e são descritas as principais actividades desenvolvidas, sendo feita uma breve análise da evolução da actividade do INAC, IP.

No Capítulo III são apresentados os principais indicadores de evolução dos recursos humanos do INAC IP.

No capítulo IV é apresentada a conta de gerência e demais peças finais de prestação de contas, bem como uma síntese evolutiva dos principais indicadores económico financeiros.

Por último, no Capítulo V, é feita uma breve avaliação da execução do Plano e uma apreciação dos resultados alcançados.

O presente relatório de actividades, reportado ao exercício económico de 2007, é apresentado pelo novo Conselho Directivo do INAC, IP, nomeado pelo Despacho nº 1326/2008, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado na parte C da 2ª Série do Diário da República nº 8, de 11 de Janeiro de 2008.

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a stylized globe with dashed lines representing latitude and longitude. Four small airplane icons are scattered across the globe, suggesting global connectivity and aviation.

01

Evolução Recente do Sector

1. EVOLUÇÃO RECENTE DO SECTOR

Conjuntura económica

A zona euro apresentou em 2007 um crescimento do PIB mais acentuado (2,6%) do que o verificado quer nos EUA (2,2%), quer no Japão (1,9%). Por seu turno, os países em desenvolvimento cresceram a uma taxa duas vezes superior à verificada nas economias consideradas mais desenvolvidas, na ordem dos 7,8%, e as economias emergentes da Ásia e a China, cresceram, respectivamente, 9,6% e 11,4%.

No plano da inflação, o tema principal em 2007 foi a forte aceleração dos preços das matérias-primas, designadamente do petróleo, e dos bens alimentares, que se repercutiu num acréscimo progressivo da taxa de inflação. Na zona euro, a taxa média de inflação fixou-se em 2,1%.

Para 2008, os cenários existentes apontam para uma desaceleração generalizada do crescimento económico mundial e para a deterioração dos principais indicadores de confiança. Para o efeito contribuem a instabilidade e turbulência verificada nos mercados financeiros, a influência negativa decorrente da retracção do investimento no mercado imobiliário verificada nas economias americana e europeia, assim como a evolução do preço das matérias-primas. De acordo com algumas projecções, a taxa de crescimento económico mundial em 2008 será de 4,1% face aos 4,9% atingidos em 2007. Nas principais regiões mais desenvolvidas será inferior, de 1,5% nos EUA e no Japão e de 1,6% na zona euro.

Em Portugal e em 2007 e, de acordo com as estimativas apontadas pelo Banco de Portugal, o PIB nacional cresceu 1,9%. Na zona euro o crescimento foi de 2,6% e na União Europeia de 2,9%. Para 2008 a incerteza associada à evolução económica internacional vai condicionar o crescimento económico português, prevendo-se uma desaceleração da economia. A taxa de inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC, deverá ter diminuído para 2,5% em 2007. Prevê-se que se mantenha em 2008, reduzindo para 2% em 2009.

Em suma, perante o clima de incerteza que marca a situação económica internacional, as perspectivas para a economia nacional estão dependentes de uma diversidade de cenários, intimamente dependentes do crescimento da economia da Zona Euro, dos EUA e de alguns países africanos.

Aviação Internacional

O ano de 2007 marcou o regresso da indústria da aviação comercial a resultados operacionais favoráveis e a taxas de rentabilidade positivas. Processos de reengenharia financeira, aliados ao crescimento das economias emergentes, permitiriam contornar os efeitos nefastos da escalada dos preços do petróleo, e consequentemente, manter a tendência de crescimento e maturação de um segmento da economia tão globalizante e integrador como é a aviação.

Projeções elaboradas pela ACI apontam para um crescimento de 5,7% do tráfego mundial em 2007, traduzindo em aproximadamente 4,5 mil milhões de passageiros, contra os homólogos 4,9% de 2006.

Ao nível dos grandes blocos mundiais, as projecções indicam que os maiores crescimentos de 2007 ao nível de passageiros transportados não se concentraram nem na Europa nem na América do Norte, mas sim, como se esperava da evolução económica geral, primeiramente no bloco Ásia/Pacífico (8,6%) e África (8,6%), seguido do Médio Oriente (7%) e da América Latina e Caraíbas (6,8%).

No âmbito da aviação internacional, concretizaram-se, igualmente em 2007, alguns importantes passos no sentido da liberalização e estreitamento das relações internacionais, com destaque para a criação da Área Aberta de Aviação EU/EUA cujo acordo foi assinado a 30 de Abril de 2007. Sublinha-se igualmente neste contexto, o início das negociações por parte da UE com o Canadá para a celebração de um acordo semelhante ao dos EUA.

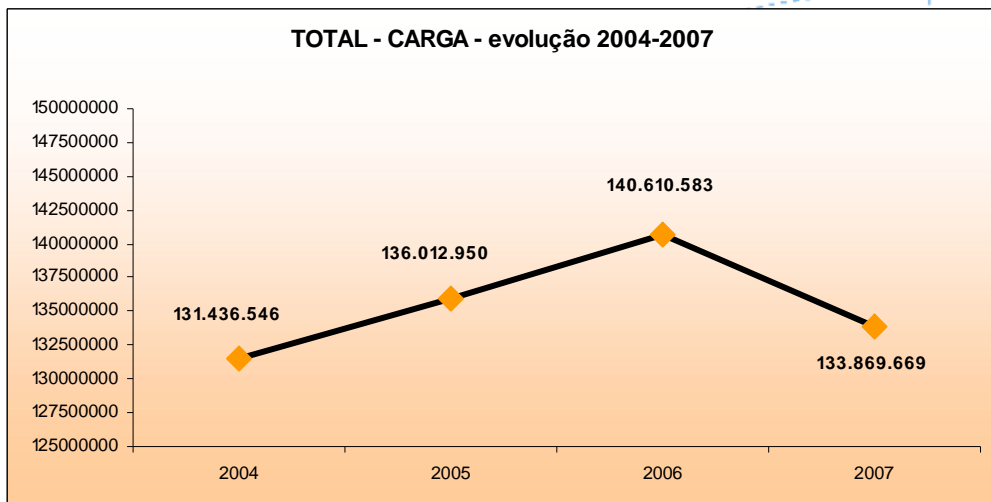
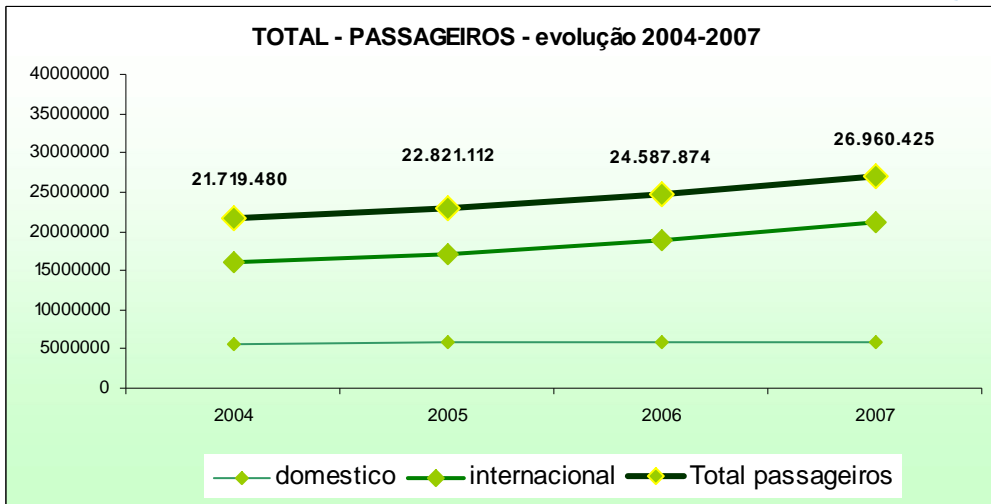
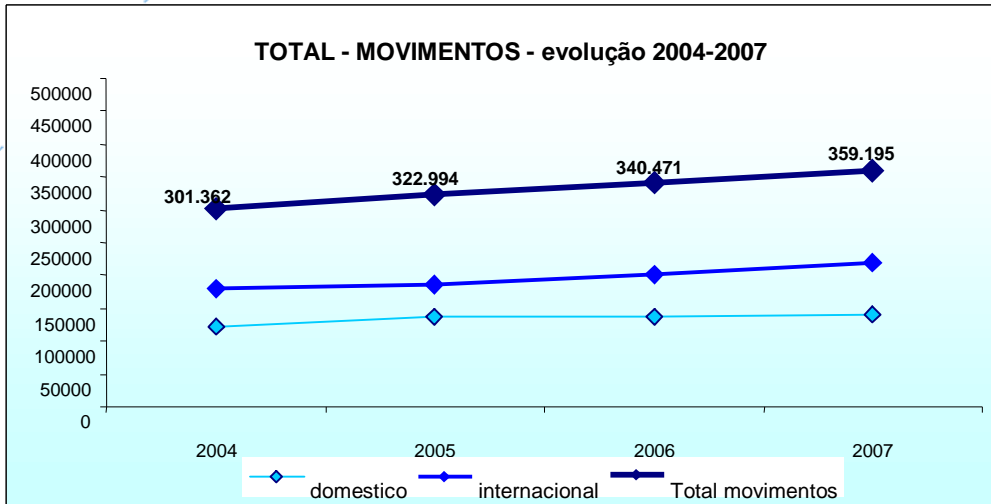
Segundo projecções apresentadas pela IATA, o aumento da procura de passageiros e de mercadorias continuará a permitir o crescimento das companhias aéreas, porém o perfil de crescimento será diferente. O crescimento esperado é mais moderado, não devendo ultrapassar no período até 2011, numa taxa média anual em torno dos 5%.

A médio e longo prazo, a indústria da aviação enfrentará grandes desafios relacionados com o reforço das medidas de “*safety*” e “*security*”, o congestionamento dos aeroportos, a escalada do preço do combustível e o efeito induzido desse aumento nas tarifas de passageiros e ainda com os efeitos resultantes da integração da aviação civil no comércio europeu de licenças de emissões.

Aviação Nacional

No contexto nacional, no ano de 2007 manteve-se a tendência crescente do tráfego em Portugal, como revelam os principais indicadores de tráfego doméstico e internacional atingidos na globalidade das infra-estruturas aeroportuárias.

O transporte aéreo em Portugal teve um acréscimo de 5,7% em movimentos (80% dos 359.195 movimentos são comerciais). Em termos de passageiros deu-se um acréscimo de 9,7%. O transporte de carga diminuiu aproximadamente 4,8%.



Por sua vez, o segmento regular, que em 2007 representou 72,5% do total de movimentos e de 88,2% do total de passageiros transportados, concentrou o maior crescimento verificado ao nível de passageiros, isto é, 11%. Neste segmento foram as ligações internacionais que mais se destacaram, com um incremento de 9% e 13%, em número de movimentos e passageiros, respectivamente.

Em contraposição, o mercado doméstico não apresentou variação significativa, e consequentemente, perdeu representatividade. Como evidenciam os gráficos da página anterior, o mercado internacional tem vindo a acentuar a sua expressão, tendo em 2007 representado 61% do total de movimentos e 78% do total de passageiros.

Numa perspectiva de tráfego origem/destino, importa sublinhar o decréscimo da quota de mercado das companhias aéreas nacionais atingida em 2006 (57% em número de passageiros). Na realidade, 2007 registou um desvio de tráfego para a esfera de operações das companhias aéreas intracomunitárias e de países terceiros, de aproximadamente 4% e 5%, em número de movimentos e passageiros, respectivamente, em boa parte resultante da expansão das companhias aéreas de baixo custo intracomunitárias.

Por último, e de acordo com as previsões elaboradas internamente, perspectiva-se um cenário de crescimento do tráfego em 2008, sensivelmente semelhante ao verificado em 2007, eventualmente marcado por uma desaceleração em termos de passageiros transportados, atendendo ao próprio contexto económico com impacto ao nível do poder de compra, e por uma ligeira recuperação no transporte de carga e correio.

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with several dashed lines forming a network of paths. Four small airplane icons are placed at various points along these paths, suggesting flight routes or activity locations.

02

Actividades Desenvolvidas

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. EIXOS PRIORITÁRIOS DE ACTUAÇÃO

O INAC, I.P. orientou a sua estratégia e actividades de acordo com eixos prioritários de intervenção, aprovados no Plano de Actividades para 2007, de acordo com a sua missão, visão e objectivos estratégicos.

Num primeiro plano, foi definida como área de actuação prioritária a **Promoção da Segurança** da aviação civil de uma forma integrada e eficiente, reforçando a acção de supervisão e regulação. Complementarmente, foi definida como prioritária a intervenção ao nível da **Qualidade do Serviço** prestado, não só através do projecto de atendimento geral, mas, também, através da utilização sistemática de ferramentas *e-government*. Foi ainda definido como prioritário o reforço da **participação do INAC, IP em organizações internacionais**, tendo em conta dois acontecimentos marcantes: a Presidência Portuguesa da UE e a realização da 36^a Assembleia Geral da ICAO.

Numa perspectiva de organização e actuação ao nível interno foram considerados como prioritários o **reforço das competências dos recursos humanos** e a manutenção da **sustentabilidade económica e financeira** do INAC, IP,.

Eixos prioritários	Áreas de actuação definidas
1. Segurança da Aviação Civil	1.1 Reforço da acção de supervisão, através do aumento do número de certificações, inspecções e auditorias 1.2 Adequação da regulamentação e regulação às necessidades do sector 1.3 Melhoria dos resultados das auditorias ao INAC, IP realizadas por organizações internacionais
2. Participação do INAC em organizações internacionais	2.1 Presidência Portuguesa da UE, no 2º semestre 2.2 36ª Assembleia Geral da ICAO 2.3 Participação em diversos Foruns e Grupos de Trabalho na EASA/ECAC e UE
3. Melhoria Qualidade do Serviço Prestado	3.1 Projecto de Atendimento Geral 3.2 Projecto Infraestruturas Tecnologicas 3.3 Utilização de ferramentas <i>e-government</i>
4. Sustentabilidade Económica-Financeira	4.1 Manter contribuição positiva para o OE 4.2 Reformular o processo de cobrança da taxa de segurança
5. Recursos Humanos	5.1 Desenvolver Política de recursos humanos, assente no reforço das competências técnicas dos colaboradores do Instituto 5.2 Adequação da formação profissional às necessidades da regulamentação técnica em vigor

A actividade do INAC, I.P. ao longo de 2007 foi desenvolvida, não só de acordo com os programas de acção definidos no Plano de Actividades, mas também considerando toda a envolvente externa, o que veio a requerer, ao longo do ano, a participação em diversas actividades e projectos, designadamente, as relativas à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no 2º semestre de 2007 e aos trabalhos relativos à 36ª Assembleia Geral da ICAO. Assim, aos projectos inseridos no Plano de Actividades, vieram juntar-se um conjunto diversificado de solicitações dirigidas por diferentes entidades, entre as quais se destacam alguns Ministérios, Serviços da Administração Pública e Organizações Internacionais.

2.2. Eixo 1: Segurança da Aviação Civil

A concretização deste objectivo centrou-se no reforço da acção de supervisão através do aumento do número de inspecções e auditorias, da adequação às necessidades do sector da regulamentação e regulação existentes e à melhoria dos resultados das auditorias ao INAC realizadas por organizações internacionais.

2.2.1. Reforço da acção de supervisão

Na área da **Facilitação e Segurança**, em 2007, verificou-se um acréscimo no número de incidentes reportados bem como do número de certificações para o exercício das funções de segurança no sector.

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Incidentes Reportados	4.319	3.784	4.031
Ameaças de Bomba	0	0	1
Passageiros inadmissíveis	4.146	3.590	3.963
Passageiros desordeiros	4	9	37
Furtos	2	1	30
Outros	0	0	0
Pessoal certificado	1.269	404	1.111
Auditor de segurança	3	0	4
Formador de segurança	5	0	21
Gestor de segurança	22	0	26
Supervisor de segurança	290	67	230
Elemento de segurança	949	337	830

No âmbito do desenvolvimento das acções desta área, destaca-se a realização de acções de formação para qualificação de auditores AVSEC¹ e acompanhamento de auditorias realizadas a

¹ Saliencia-se a este propósito, a realização de 1 curso de Auditores Nacionais, ministrado internamente, num total de 50 horas e de 1 curso de Boas Práticas para Auditores Nacionais (BEST PRACTICES FOR NATIONAL AUDITORS), ministrado pela CEAC (com a colaboração do INAC, I.P.), num total de 35 horas (com a participação de 4 auditores instruídos: 2 da República de Cabo Verde e 2 da República da Eslovénia).

aeroportos e operadores diversos². E, também, o início dos trabalhos referentes ao futuro guia de elaboração e aprovação de Programas de Segurança das Operadoras Aéreas bem como o desenvolvimento do futuro guia de elaboração e aprovação de Programas de Segurança dos Aeroportos.

Supervisão na área de Infra-estruturas e Navegação Aérea

A actuação do INAC, I.P., ao nível da segurança foi, também, concretizada através da supervisão das infra-estruturas aeroportuárias. A este propósito, refira-se o incremento significativo da acção inspectiva através da realização de 30 inspecções a aeródromos (com pista destinada a aviões), 36 a heliportos e ainda 2 a pistas de ultraleves, totalizando 68 inspecções e ultrapassando largamente os objectivos estabelecidos³.

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Aeródromos ⁴			
Universo	40	41	42
Certificados	38	38	40
Aprovados	2	3	2
Inspeções realizadas	23	16	30

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Heliportos			
Universo	56	57	56
Certificados	9	9	10
Aprovados	47	48	46
Inspeções realizadas	15	24	36

² Foram executadas 5 auditorias a aeroportos, 6 a transportadoras aéreas e 6 a prestadores de serviços, bem como inspecções e testes em 7 aeroportos nacionais.

³ O plano previa 38.

⁴ Foram inspeccionados os aeródromos com serviços de CNS e efectuada a auditoria de certificação dos prestadores de serviços de CNS. Paralelamente, foram acompanhados os processos de autorização relativos ao "Locator" do aeródromo de Évora, ao VOR/DME de Bragança, ao ILS/DME do Pico e aos NDB da Graciosa e do Pico.

No âmbito da prossecução de inspecções e auditorias dos aeródromos com AFIS e também com o propósito de concluir a sua certificação nos termos dos Requisitos Comuns de Certificação (RC), Reg. 2096/2005, levaram-se a cabo as seguintes acções: Formalização dos critérios de certificação, clarificando as derrogações a aplicar no âmbito do permitido pelos RC; Elaboração de material de orientação para cumprimento dos RC, designadamente no que respeita ao Sistema de Gestão de Segurança; Comunicação aos prestadores de AFIS dos requisitos de certificação; Constituição de Processos de certificação de 8 dos prestadores de serviços com condução de 8 auditorias locais de certificação, 3 visitas de acompanhamento e com emissão de 3 certificados; Condução de avaliações orais "ad-hoc" a 5 operadores de AFIS não detentores de título de reconhecimento formal de competência reconhecido pelo INAC, I.P. (mas em funções há vários anos), operando em dois aeródromos.

Considera-se, ainda, pertinente realçar a coordenação de 5 seminários/cursos (de 1 dia cada), sobre segurança operacional, envolvendo 188 participantes/formandos externos, bem como a elaboração de Circulares de Informação Aeronáutica com indicações sobre a “Integridade de Informação/Auto-inspecção Trimestral de Aeródromos”.

Supervisão da actividade de operadores de transporte e trabalho aéreo certificados

No que respeita à vertente de operações e segurança, designadamente à supervisão da actividade dos operadores certificados, a actuação do INAC, I.P., no decorrer de 2007 continuou a ser influenciada por sérios constrangimentos ao nível de pessoal, tendo tido repercussão imediata no nível de actividade e desempenho da organização, nesta área em particular.

Veja-se, a título de exemplo o decréscimo significativo da acção inspectiva do INAC, I.P. ao nível das inspecções e das inspecções a bases de fogos.

Operações	2005	2006	2007
Acções Nacionais	193	89	74
<i>Verificação de pilotos</i>	7	3	4
<i>Inspecções SAFA</i>	100	39	7
<i>Inspecções Bases Fogos</i>	49	9	0
<i>Certificação NAV (Prestador Aeronautical Information Service)</i>	0	1	0
<i>Inspecção Base Operadores</i>	8	8	7
<i>Inspecções Rampa</i>	29	29	3
Acções Internacionais	32	34	49
<i>Inspecções Aprovação Simuladores</i>	11	15	6
<i>Reuniões / Grupos de Trabalho</i>	21	19	23
<i>Auditorias (em articulação com JAA)</i>	5	9	0
<i>Cursos / Seminários</i>	6	6	7
<i>Inspecções Rota</i>	58	10	10
<i>Inspecções Cabina</i>	27	24	1
<i>Inspecções Escala</i>	21	7	2
Certificados de Operador de Transporte Aéreo (COA)			
Certificados Activos	24	23	25
Auditorias	23	22	17
Revalidação	22	14	24
Alteração	93	60	97
Emissão Inicial	3	1	2
Cancelamento / Suspensão	0	2	1
Certificados de Operador de Trabalho Aéreo (COTA)			
Certificados Activos	22	23	21
Auditorias	14	12	31
Revalidação	20	15	21
Alteração	57	43	52
Emissão Inicial	0	0	1
Cancelamento / Suspensão	2	0	3
Aprovação de contratos de Leasing	36	18	22
Autorizações de Operações Especiais (OPS / SPECS)	13	21	11
Aprovação Festivais Aéreos			
Analisados	12	19	4
Fiscalizados	6	7	4
Autorizações Act. Perigosas para a Aviação	208	299	292
Autorizações Act. Especiais para a Aviação			
Autorizações Sobrevoos a Baixa Altitude	97	85	62
Autorizações Sobrevoos / Aterragem	228	109	190
Autorizações Voos de Investigação Científica	9	10	0
Outras Autorizações	111	23	60
Voos Não Tripulados (UAV)	0	4	0

Supervisão na área de Certificação de Aeronaves, Certificação de Organizações de Manutenção e Controlo de Navegabilidade

A actuação do INAC, IP ao nível da promoção da segurança é desenvolvida de forma concertada, sendo sustentada, também, nas matérias relacionadas com a manutenção e aeronavegabilidade, designadamente no que concerne à Certificação de Organizações de Manutenção, à Certificação do Controlo de Navegabilidade e à Certificação de Aeronaves. Os quadros seguintes expressam o nível de actividade nestas áreas no último triénio.

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Certificação Organizações de Manutenção			
Parte 145			
Certificação/Aprovação técnica de empresas de Manutenção	0	1	1
Alteração técnica de empresas de manutenção	71	34	30
Aprovação /actualização de manuais	62	75	90
Auditorias a organizações de manutenção	73	87	70
Aprovação técnica de org. manutenção para ETOPS, RVSM, CAT II, CAT III, BRNAV e RNP	7	10	0
Emissão de parecer de planos de MDO, Formação e Auditorias	42	101	75
Parte 21			
Certificação/Aprovação técnica de empresas de fabrico aeronáutico	0	0	1
Alteração técnica de empresas de fabrico aeronáutico	0	0	0
Aprovação /actualização de manuais	0	0	5
Auditorias a organizações de fabrico aeronautico	0	0	9
Emissão de pareceres	0	2	12
Parte M			
Aprovação técnica das organizações de manutenção da empresas de transporte e trabalho aéreo	10	35	2
Alterações à aprovação técnica das organizações de manutenção da empresas de transporte e trabalho aéreo	24	126	60
Aprovação /actualização de manuais	55	81	115
Auditorias a organizações de manutenção	46	74	95
Aprovação de programas de manutenção	25	78	106
Emissão de pareceres técnicos	198	334	242
EASA - Participação em MAST TEAM Part 145 +Part M	1	0	2

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Controlo de navegabilidade			
Revalidação de certificados de navegabilidade	402	101	313
Revalidação de licenças de voo de construção amadora	21	0	7
Supervisão continua	n.d.	257	361
Operação ETOPS, RVSM, AWO, CAT II, CAT III; RNP (BRNAV, PRNAV)	0	175	263
SAFA's	100	32	364
Emissão de licenças provisórias de voo	40	28	22
Emissão de certificados de navegabilidade para exportação	19	21	13
Aprovação de TBO's	95	164	60
Emissão de Directivas de navegabilidade	322	320	114
Inspeções às aeronaves e bases de combate a fogos	81	5	4

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Certificação de Aeronaves			
Certificação inicial de aeronaves, motores, rotores e hélices	155	125	175
Emissão de pareceres técnicos	49	39	51
Certificação inicial de ULM +certificados de voo	20	29	34
Certificação de aeronaves de construção amadora	7	8	7
Certificação de ruído de aeronaves	41	48	78
licenciamento de estações de radio comunicações de aeronaves	357	427	501
Aprovação de esquemas de pintura de aeronaves	18	19	17
Emissão de fichas de registo histórico de rotáveis	42	53	38
Emissão de CTI's e procedimentos internos	7	13	6
Certificação de aeronaves para ETOPS, RVSM, RNAV, CAT II, CAT III, AWO, MNPS	85	85	114
Aprovação de modificações em aeronaves, motores, rotores e hélices - adjudicado EASA	7	0	0
Homologação de equipamentos de radio comunicações e navegação - competencia EASA	1	0	0
Delegação EASA DOA Aproval	1	2	1

Considera-se relevante destacar, no âmbito da actividade desenvolvida, a actualização das Circulares Técnicas de Informação (CTI's) que deverão permanecer em vigor, bem como a elaboração de requisitos técnicos regulamentares para certificação de aeronaves constantes do Anexo 2 do Regulamento 1592/2002.

No âmbito da auditoria EASA realizada em Março de 2007, foram desenvolvidas todas as acções necessárias ao cumprimento do plano de acção para correcção das Não Conformidades apontadas.

Supervisão na área de Licenciamento de pessoal e organizações de formação

Apesar dos constrangimentos graves que se verificaram ao nível dos recursos humanos, foram concretizados a generalidade dos objectivos programados para o exercício económico de 2007.

Referência especial merece o número de licenças de pilotos emitidas (mais 49% do que em 2006) e o número de averbamentos de qualificações em licenças profissionais (mais 229% do que em 2006).

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Emissão cartões aluno	551	729	691
Abertura de cadernetas	460	608	728
Emissão de Certificados	686	225	1365
Realização de Exames	2924	4595	5041
Nº de autorizações de examinadores emitidas/reemitidas	30	64	44
Supervisão de examinadores	26	61	41
Aprovações e revisões aos manuais	19	26	34
Avaliação inicial e anual de dispositivos de treino artificiais e dos seus operadores	10	11	20
Certificação de organizações de formação	6	4	5
Supervisão de organizações de formação	0	7	8
Emissão de autorizações de experiencia recente e autorizações ao abrigo do DL 17A	149	108	209
Emissão licenças de pilotos	3797	3768	5646
emissão licenças TMA	1279	1483	451
Validações de licenças	128	132	112
Nº validações emitidas por operador	466	463	44
1ªs licenças emitidas	787	584	739
1ª Emissão licenças não profissionais	220	183	142
1ªa emissão licenças profissionais	174	218	508
1ª emissão TMA's	393	183	89
Revalidações licenças não profissionais	450	593	251
Revalidações licenças profissionais	1409	1652	1184
Revalidações licenças TMA's	357	271	183

No âmbito da acção de supervisão do INAC, I.P. na área do Licenciamento de Pessoal e Organizações de Formação, foram concluídas auditorias diversas, não só às FTO (*Flying Training Organization*)⁵, como também às TRTO (*Type Rating Training Organization*)⁶ e às MTO (*Maintenance Training Organization*)⁷.

⁵ Helibravo, Aerocondor e OMNI.

⁶ 3 para certificação inicial e uma para revalidação e ainda das empresas Heliportugal, Netjets, Sata Internacional e Portugalia.

⁷ LAS e TAP.

Com vista ao desenvolvimento de acções de gestão conducentes à melhoria contínua da actuação do INAC, I.P., nesta área, procedeu-se ao aperfeiçoamento da aplicação informática para o controlo das não conformidades para as MTO's - Parte 147. Quanto ao controlo de não conformidades das FTO's e TRTO's foi, também, iniciado o processo, não tendo sido possível a sua concretização.

Foram igualmente desencadeadas acções no sentido de proceder à aprovação de manuais diversos, bem como aprovações de várias emendas aos manuais de organizações certificadas. Importa, igualmente salientar a realização de 17 auditorias aos dispositivos de treino artificial e 3 auditorias de qualidade a organizações certificadas.

De modo a dar cumprimento aos requisitos ICAO Anexo 1 e ao normativo JAR-FCL Emenda 7 foram iniciados, no decorrer de 2007, os processos de averbamento do nível de proficiência em inglês para as licenças JAR-FCL.

Por fim, considera-se importante realçar que, durante o ano 2007, foram realizadas 9 épocas de exames, tendo o INAC, I.P. gerado 6325 provas teóricas. A este propósito, refira-se a realização de dois seminários de uniformização, no âmbito da nomeação e supervisão de examinadores profissionais.

Foram também emitidos 31 Certificados de Aptidão Profissional – (CAP) para Tripulantes de Cabina e 130 para técnicos de manutenção de aeronaves e para mecânicos de aeronaves.

No que concerne à utilização de novas tecnologias de informação, no sentido de otimizar a prestação do INAC, I.P., nesta área, em 2007, arrancou parcialmente a aplicação SINAC para alimentar a aplicação SEAC, isto é, procedeu-se ao lançamento de todas as acções de formação das Organizações de Formação (Pilotos, OOV) e à inscrição dos alunos para efectuar exames de acesso a licenças. Ainda no que concerne a novas tecnologias de informação, entrou em funcionamento a aplicação informática para a emissão de licenças de ultraleves.

Supervisão na área Medicina Aeronáutica

A actividade na área da medicina aeronáutica tem aumentado de forma considerável. Foram emitidos, pelo INAC, IP, 4.367 certificados médicos, mais 18% do que no ano anterior. Numa perspectiva de melhoria do serviço prestado, foram desencadeados esforços no sentido de reduzir o prazo para emissão de certificados, quando clinicamente aceitável, para 48 horas.

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Centros de Medicina Aeronáutica	5	5	5
Médicos certificados para Medicina Aeronáutica	60	60	59
Certificados médicos	2.629	3.689	4.367
Exames médicos			
Universo	3.595	3.857	4.184
INAC, I.P.	2.084	2.136	2.097
Restantes Centros de Medicina Aeronáutica	1.511	1.721	2.087

Também ao nível dos exames médicos a actividade cresceu, quer globalmente, quer no INAC, IP. No Centro de Medicina Aeronáutica foram realizados cerca de 2.097 exames médios, número próximo do número médio de exames do ano anterior, tendo sido cumprido o objectivo determinado no Plano de Actividades de 2007, que pretendia a manutenção do número médio de exames do ano anterior⁸, nos moldes exigidos pelos requisitos JAR e ICAO.

No que releva às actividades de carácter científico e de investigação, mantiveram-se as colaborações habituais com instituições de ensino, de investigação e afins. Salienta-se, igualmente, a realização de um Curso Avançado de Medicina Aeronáutica em Janeiro de 2007.

Não foi igualmente possível, realizar o projecto de investigação: "Estudo das alterações do sono e fenómenos de fadiga em tripulantes de cabine", por manifesta falta de recursos humanos.

⁸ Cerca de 2136 exames.

Contencioso e Registo Aeronáutico

Relativamente à área de contencioso destaca-se o aumento de cerca de 10% de contra-ordenações instauradas, bem como o aumento de cerca de 35% de actos de registo aeronáutico. Importa igualmente salientar a informatização do Registo Aeronáutico Nacional, através de uma base de dados especialmente criada para o efeito.

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Contra - ordenações instauradas	130	173	191
Contra-ordenações em curso	199	487	715
Contra - ordenações finalizadas	69	47	40
Processos contencioso	20	20	15
Diplomas legais e regulamentos INAC, I.P. publicados	8	1	13
Projectos legislativos entregues na SEAOPC	6	5	5
Pareceres/informação jurídica	802	992	1.132
Consultoria jurídica e informação externa	899	978	869
Actos de Registo Aeronáutico	267	349	472
Certidões de Registo Aeronáutico	125	259	215

2.2.2. Adequação da Regulamentação e Regulação às necessidades do sector

No que diz respeito à elaboração de projectos de diplomas legais e de regulamentos, destacam-se as actividades seguintes:

- Elaboração de vários projectos de diplomas legais, que resultaram na publicação de 13 diplomas, na entrega no Gabinete SEAOPC para publicação de 5 projectos finalizados em 2007, estando, ainda, em fase de análise final no INAC, I.P., mais 5 projectos de decretos-lei.
- Elaboração de regulamento relativo às organizações de formação de pilotos profissionais (TRTO's) complementarem ao Decreto-Lei n.º 17A/2004;
- Elaboração de regulamento INAC, I.P referente à operação de aeronaves de voo livre;
- Elaboração de regulamentos INAC, I.P destinados a implementar a nível nacional os ESARR's 3 e 4;
- Elaboração de regulamento INAC, I.P. definindo a documentação e formação requeridas para a 1ª emissão de Certificados de Navegabilidade de um dado tipo de aeronave;
- Elaboração do Manual de Recrutamento e Formação do INAC, I.P. (1ª fase) envolvendo as áreas de Aeronavegabilidade, Operações e Licenciamento de Pessoal⁹;
- Desenvolvimento e Revisão de 26 procedimentos internos na área de segurança operacional.

Numa perspectiva mais geral das actividades de regulação do INAC, IP, o ano de 2007 foi particularmente exigente, não só pelo número de dossiers comunitários e internacionais, mas, sobretudo, pela participação activa do INAC, IP na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e na 36ª Sessão da Assembleia da ICAO; e também na preparação de contributos de dois importantes dossiers de obrigações de serviço público que vieram a culminar com a adjudicação em regime de exclusividade da rota Funchal/Porto Santo à SATA Air Açores e com a revisão do regime de auxílios sociais aos passageiros residentes e estudantes da Região Autónoma da Madeira.

No âmbito da promoção da defesa dos direitos dos passageiros privilegiou-se a análise de reclamações, cooperação com entidades externas, designadamente com a Comissão Europeia, os

⁹ Contemplando a definição de perfis dos recursos humanos para as áreas de Aeronavegabilidade, Operações e Licenciamento de Pessoal e Formação

NEB's (*National Enforcement Bodies*), as transportadoras aéreas e o Centro Europeu do Consumidor e campanhas de divulgação, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

- Análise de aproximadamente 8864 reclamações de passageiros¹⁰ tendo sido concluídos 1115 processos;
- Levantamento das situações de incumprimento do Regulamento (CE) n.º 261/2004, de 11 de Fevereiro¹¹;
- Ainda no âmbito do tratamento de reclamações foi elaborado parecer sobre o projecto de revisão do Decreto-Lei n.º 156/2005, que institui a obrigatoriedade do Livro de Reclamações no estabelecimento dos prestadores de serviços de transporte aéreo, bem como foram definidos procedimentos relativos ao tratamento das reclamações de passageiros relacionadas com o atraso, extravio e/ou destruição de bagagens;
- Com o objectivo de melhorar a interface com o cliente procedeu-se à revisão da informação e dos conteúdos do sítio do INAC, I.P. relativos aos “direitos dos passageiros”.

Contudo, por falta de recursos humanos e pelo acréscimo de queixas, deu-se um aumento do número de reclamações pendentes

No que releva às Obrigações de Serviço Público (OSP), a actuação do INAC, I.P., em 2007, não se esgotou na contribuição para a definição de OSP e na supervisão do cumprimento dos requisitos relativos aos serviços aéreos regulares no interior do Continente, entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores, entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira, entre as Regiões Autónomas e no interior da Região Autónoma da Madeira e entre Lisboa e o Nordeste Transmontano. A actuação do INAC, I.P. incidiu também:

- Na análise e aprovação de Ofertas, Programas de Exploração e respectivas Estruturas Tarifárias das transportadoras nas rotas acima referidas;
- Na monitorização permanente da exploração dos serviços aéreos regulares entre Lisboa e o Nordeste Transmontano, no âmbito do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a ATA – Aerocondor, S.A.

¹⁰ Com a subsequente consulta às transportadoras aéreas/aeroporotos/operadores de assistência em e scala ou reencaminhamento para outras entidades, como por exemplo, o Centro Europeu do Consumidor e o Instituto de Turismo de Portugal.

¹¹ Sublinha-se a participação nas reuniões promovidas pela Comissão Europeia com os Organismos Nacionais Responsáveis pela execução do Regulamento (CE) n.º 261/2004, de 11 de Fevereiro, visando alcançar uma interpretação harmonizada, a nível comunitário, do regulamento em referência, bem como a definição dos novos procedimentos para o tratamento de reclamações

Salienta-se ainda a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho, constituído no âmbito da Secretaria de Estado das Obras Públicas e Comunicações, mandatado para a revisão do Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril.

Foram ainda aprovados Programas de Exploração dos serviços aéreos regulares e não regulares extra-comunitários e intra-comunitários quando operados por transportadoras extra-comunitárias.

Procedeu-se igualmente à verificação do cumprimento quer das faixas horárias nos aeroportos nacionais, quer das regras estabelecidas para operações durante o período nocturno.

No que respeita às tarifas e taxas aeronáuticas, foram elaborados projectos de Portaria relativos à actualização das tarifas de passageiros e das tarifas máximas de carga para os serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, bem como das taxas de tráfego. Foram ainda aprovados os quantitativos de taxas de assistência em escala e de taxas de ocupação nos aeroportos do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No que concerne ao licenciamento da actividade de empresas de transporte e trabalho aéreo, a actividade do INAC, I.P., no decorrer do ano de 2007, traduziu-se em acréscimos significativos, considerando o aumento razoável do número de concessões e alterações de licenças face a 2006, contrariamente às suspensões/cancelamentos e revisões /prorrogações que registaram uma quebra face ao ano anterior.

Em 2007, registou-se um acréscimo expressivo, na ordem dos 95%, no total de pareceres técnicos realizados para efeitos de concessão de autorizações de trabalho aéreo em Portugal, ao abrigo do art.º 5.º do DL 172/93. Das autorizações emitidas, num total de 43, cerca de 74% dizem respeito ao exercício da actividade de fotografia/filmagem aérea, 7% dizem respeito a combate a incêndios, e 5% referem-se a lançamento de pára-quedistas.

Ainda no que respeita ao licenciamento de operadores, mas, desta feita de assistência em escala, foram concedidas 189 licenças de acesso à actividade e foram canceladas as licenças atribuídas à empresa PORTIMAR, quer para Lisboa, quer para o Porto. O total de licenças válidas em 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 715.

Realizaram-se inspecções e verificações técnicas, designadamente:

- Duas inspecções aos prestadores de serviços no aeroporto do Funchal, no âmbito do projecto de *safety audits*, cuja base é o *Safety Management System* da ICAO;

- Uma inspecção à Groundforce na sequência de um acidente.

De toda esta actividade apresenta-se a seguir um quadro resumo com alguns indicadores numéricos:

Evolução da Actividade	2005	2006	2007
Reclamações de passageiros relativas ao sector			
recebidas	511	5444	8864
resolvidas	205	602	1155
pendentes, fim de periodo	474	5316	13025
Emissão/concessão de autorizações	4031	5061	4317
Supervisão da capacidade financeira - pareceres	32	41	28
Autorizações de trabalho aéreo a operadores não nacionais	24	22	43
Licenças de transporte e trabalho aereo			
concessão	1	0	6
alteração	4	1	6
suspensão/cancelamento	2	0	1
revisão/prorrogação	0	2	0
Licenças de assistencia em escala validas	945	526	715
Verificações técnicas	20	11	3

Importa salientar, também, o desenvolvimento da actividade do INAC, IP ao nível da produção e tratamento de informação estatística. A este respeito, e com o objectivo de alimentar a base de dados do Sistema de Informação de Transportes, gerida pelo GPERI, foi celebrado um acordo de cooperação entre aquela entidade e o INAC, I.P. Ainda no âmbito da gestão de Protocolos de Cooperação Estatística, salienta-se o envio, ao INE, de dados mensais e trimestrais destinados à produção de estatísticas a divulgar por aquela Instituição, bem como a colaboração na definição de metodologias, conceitos, definições, nomenclaturas correntes e modelos de dados indispensáveis à prossecução de operações estatísticas específicas.

Importa igualmente realçar a participação em grupos de Trabalho do Conselho Superior de Estatística, com o objectivo de definir os conceitos a integrar o futuro Glossário Estatístico do Transporte Aéreo.

Ainda no âmbito das obrigações na área da recolha de informação estatística, importa referenciar a recolha mensal dos Formulários A, B, C, D, EF-1, G, H, EC7/20, J, I, K, L da ICAO, preenchidos pelas várias entidades ligadas à aviação civil, compilação e envio electrónico (também mensal) àquela Organização, no âmbito do seu programa estatístico.

A solicitação de informações e dados estatísticos não se esgotou nos pedidos das diversas unidades orgânicas do INAC, I.P. As solicitações de entidades externas tiveram um peso significativo no nível

de actividade da produção estatística do INAC, I.P., não só por não serem tipificadas, mas sobretudo por serem diversificadas quanto ao conteúdo.

2.2.3. Auditorias ao INAC, I.P.

Durante o ano 2007, o INAC, I.P. foi auditado pela EASA em duas ocasiões distintas: numa primeira etapa, que teve lugar de 26 a 30 de Março, o âmbito da auditoria incidiu sobre Organizações de Manutenção (Parte 145), Organizações de Formação para Técnicos de Manutenção (Parte 147), Licenças de Pessoal de Certificação de Manutenção (Parte 66) e Organizações de Controlo de Aeronavegabilidade (Parte M). Esta auditoria implicou um esforço acrescido das áreas auditadas, não só em termos de coordenação de processos, mas, sobretudo, em termos de preparação das respectivas acções designadamente ao nível da coordenação e preparação do preenchimento dos questionários, do acompanhamento das auditorias, da preparação do plano de acções correctivas e do seguimento da resolução de não conformidades.

A segunda auditoria da EASA, que decorreu de 22 a 25 de Outubro, incidiu sobre o Parte 21- Sub parte G – POA, o que implicou, novamente, um esforço acrescido das áreas com responsabilidade na auditoria¹².

¹² Neste caso a Aeronavegabilidade, enquanto área auditada e o gabinete de Regulamentação e Qualidade, enquanto área de coordenação.

2.3. Eixo 2: Representação do INAC, I.P. em Organismos Internacionais

A acção europeia e internacional é um vector fundamental da actuação do INAC, I.P. O ano de 2007 assumiu, nesta matéria, características particulares com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, e com a realização da 36ª Assembleia Geral da ICAO. A importância para a actividade do INAC, IP, destes dois eventos justificam um maior detalhe na análise.

2.3.1. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

O INAC, I.P. interveio não só nos trabalhos preparatórios, mas também no acompanhamento de diversos dossiers, na directa dependência e coordenação do Gabinete de Sua Excelência o Ministro do MOPTC. As principais actividades associadas a esta área de actuação são descritas como segue:

- Participação no Grupo de Trabalho criado por Despacho do Senhor MOPTC, para acompanhamento da preparação e do exercício da Presidência Portuguesa da UE a decorrer no 2º semestre de 2007;
- Actualização permanente das fichas de acompanhamento dos “dossiers” em discussão durante o exercício da Presidência Portuguesa;
- Preparação de diversos documentos e apresentações sobre as prioridades da Presidência Portuguesa, com o ponto de situação da negociação dos diversos dossiers;
- Participação nas reuniões do Grupo Aviação e elaboração dos respectivos relatórios;
- Participação nos Comités Consultivos de Acesso ao Mercado e no Comité Especial das diferentes negociações lideradas pela Comissão Europeia durante o exercício da Presidência Portuguesa;
- Organização do Workshop “A aviação e as alterações climáticas” – 18 de Julho
- Organização do Comité AVSEC – Segurança da Aviação Civil;
- Organização da reunião entre representantes da UE (DGTRANS) e Portugal (INAC, I.P., GAERE, REPER);

2.3.2. 36.ª Assembleia-Geral da ICAO

De 18 a 28 de Setembro teve lugar a 36ª Assembleia-Geral da ICAO. O INAC, I.P. teve intervenção directa através da representação na Comissão Técnica, e na Comissão de Assuntos Económicos, tendo sido elaborados diversos *Working Papers*¹³. Considerando que nesta altura Portugal assegurava, também, a Presidência da União Europeia, a participação do INAC, I.P. assumiu um carácter excepcional, na medida em que diversas apresentações feitas nos Comités Executivo e Técnico foram asseguradas, igualmente, em nome da União Europeia e seus Estados-Membros, Conferência Europeia Aviação Civil e seus Estados-Membros e Eurocontrol.

2.3.3. Representação do INAC em organizações internacionais

UNIÃO EUROPEIA

- Acompanhamento e implementação do Acordo Comunidade Europeia/Países Balcãs Ocidentais no âmbito do Espaço Aviação Comum Europeu (EACE);
- Acompanhamento e implementação do Acordo de Transporte Aéreo Euromediterrânico (Marrocos);
- Posição de Portugal e participação nas negociações levadas a cabo pela Comissão Europeia com países terceiros com vista à conclusão de acordos sobre certas disposições dos acordos aéreos bilaterais à luz do “mandato horizontal” no âmbito do Comité Especial;
- Preparação da posição de Portugal e participação nas negociações encetadas pela Comissão Europeia para a negociação da Área Aberta de Aviação CE/EUA, Canadá e Ucrânia;
- Participação no “*Advisory Committee*” sobre as Decisões da Comissão relativamente à celebração de Acordos Bilaterais entre os Estados Membros e Países Terceiros.
- Acompanhamento do processo de alterações ao Regulamento 1592/2002 do Conselho e do Parlamento, alargando o âmbito da EASA às áreas de operações e licenciamento de pessoal;
- Acompanhamento do dossier relativo à revisão do 3.º pacote no âmbito do processo de conciliação entre o Conselho e o Parlamento Europeu;
- Acompanhamento da negociação dos mandatos do Conselho à Comissão para o início das negociações com o Canadá e o Reino da Jordânia;

¹³ WP nºs 50, 51, 52, 117, 224 e 232

- Participação activa em diversos grupos de trabalho, com especial destaque para o Grupo Ambiente e Bunkers, no âmbito da negociação do “dossier” comunitário relacionado com a integração da aviação civil no Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE);
- Acompanhamento da elaboração do acordo relacionado com a segurança operacional entre a União Europeia e os Estados Unidos da América;
- 38.ª Reunião do Comité de Segurança da Aviação da Comissão Europeia.
- Inspeção ao Aeroporto de Nápoles, no âmbito do Programa de Inspeções da Comissão Europeia.
- Reuniões relativas á navegação aérea
- Elaborados os primeiros Relatórios, para a Comissão Europeia, da aplicação nacional do "Céu Único Europeu" e do "Uso Flexível do Espaço Aéreo".
- Participação na reunião do Conselho de Serviços da OMC, subordinada à 2.ª revisão do Anexo do GATS relativo aos serviços de transporte aéreo
- Elaboração de pareceres para resposta aos processos de incumprimento interpostos pela Comissão Europeia contra Portugal no âmbito do Regulamento 847/2004, em relação a acordos bilaterais negociados ou que venham a ser negociados entre Portugal e países terceiros;
- Acompanhamento das medidas de apoio ao INAVIC e aos TAAG de Angola, no âmbito da inclusão destes na lista negra da União Europeia, implicando a participação em quatro reuniões e preparação de duas apresentações relacionadas com a organização do INAC, I.P., regulamentação técnica e sistema de procedimentos;
- Acompanhamento da negociação sobre o projecto de conclusões do Conselho sobre a Comunicação da Comissão relativa ao “Plano de Acção para a Capacidade, Segurança e Eficiência Aeroportuária”;
- Acompanhamento da negociação relativa à Proposta de Directiva sobre Taxas Aeroportuárias;

ICAO

- A nível do Grupo ABIS: Preparação dos contributos para a definição do futuro do Grupo ABIS e da adesão de Portugal ao Grupo, o que possibilitará a candidatura de Portugal ao Conselho da ICAO.
- Assegurar a relação quotidiana entre o Estado Português e a ICAO, através da divulgação e resposta às *State Letters*;
- Participação em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comité Regulador AVSEC e participação em todas as reuniões dos grupos de trabalho em que Portugal está representado;
- Auditorias em Espanha e Guiné Equatorial, no âmbito do Programa Universal de Auditorias de Segurança da Organização da Aviação Civil Internacional
- Reuniões relativas á navegação aérea
- Análise dos *Compliance Check-Lists* e *State Aviation Activity Questionnaire* do ICAO – *Safety Oversight Audit Programme* (SOAP) e elaboração do respectivo relatório e emissão de 19 recomendações dirigidas aos diversos serviços envolvidos no sentido de serem corrigidas diversas lacunas e deficiências detectadas;
- Assegurada a coordenação interna das respostas às cartas da ICAO sobre os Anexos 2, 10, 11 e 14

CEAC

- Participação em todas as reuniões dos Grupos FAL e SEC da CEAC;
- Auditoria ao Aeroporto de *Los Angeles*, EUA, no âmbito do Programa de Cooperação entre a Conferência Europeia da Aviação Civil (CEAC), e a *Transport Security Administration* (TSA);
- 37.^a reunião da *Technical Task Force*, da CEAC;
- Participação no Grupo de Trabalho da ECAC's "*Task Force on General Aviation*";
- Representação portuguesa na Academia Europeia de Medicina Aeronáutica e Espacial, nas *Joint Aviation Authorities* (JAA), na ECAC, na *Aerospace Medical Association*;
- Organização do evento ECAC/UE – Diálogo com a Indústria Europeia do Transporte Aéreo sobre Capacidade Aeroportuária
- Organização da reunião entre o Presidente do Conselho Directivo do INAC, I.P. com o Secretário Executivo da CEAC e Delegação Coreana;

- Organização da reunião entre o Presidente do Conselho Directivo do INAC, I.P. e Director-Geral da Aviação Civil da Alemanha, Director-Geral da Aviação Civil da Roménia e o Secretário Executivo da ECAC;
- *Organização do Steering Committee ECAC/UE Dialogue.*

EASA

- Participação reuniões do EASA-AGNA (*Advisory Group of National Authorities*) relativas ao desenvolvimento de projectos de regulamentação a nível da EASA e implementação dos existentes;
- Participação de coordenadores nacionais do Programa SOAP da ICAO, promovida pela EASA;
- Reunião EASA/NAA's *Partnership*.

EUROCONTROL

- Respostas aos questionários - anuais - "*Current and Future ATM Safety in ECAC*" (no âmbito do "*European Safety Program*") e sobre maturidade do sistema nacional de gestão de segurança operacional;
- Nas competências referentes à Autoridade Aeronáutica (e ao Estado), na actualização do "*Local Convergence and Implementation Plan*" (LCIP) referente ao quinquénio 2008-2013
- Participação nas reuniões do Grupo Financeiro do Eurocontrol;

2.4. Eixo 3:Qualidade dos serviços prestados

No que releva à gestão da qualidade do INAC, I.P. destacam-se como principais linhas de acção a elaboração de um relatório de progresso relativo ao programa "Simplificação legislativa e administrativa", abrangendo as diversas áreas do INAC, I.P., bem como a elaboração de relatório para o MOPTC sobre o sistema de qualidade do INAC, I.P. Refira-se, ainda, o tratamento de 13 reclamações apresentadas por utentes do INAC, I.P., de acordo com os procedimentos estabelecidos na legislação em vigor.

Para além dos projectos e iniciativas das unidades orgânicas do INAC, I.P., que tiveram como objectivo a melhoria dos serviços prestados, importa fazer referência especial a dois projectos específicos: a unidade de Projecto de Atendimento Geral e a unidade de Projecto de Infra-estruturas Tecnológicas.

2.4.1 Projecto de Atendimento Geral

O Projecto de Atendimento Geral é um projecto de modernização administrativa, de características estruturantes, que visa alterar a relação entre o INAC, I.P. e o seu cliente/utente. O objectivo primordial do projecto é garantir a prestação de um serviço de qualidade aos seus clientes, melhorando a acessibilidade aos serviços que presta e garantindo a satisfação dos direitos dos clientes.

Neste âmbito, foram objectivos para o ano de 2007, incrementar a qualidade dos serviços prestados ao cliente/utente, consolidar a 1ª fase e implementar a 2ª fase do modelo de Atendimento Geral, propiciar formação técnica aos colaboradores do atendimento e, por último, proceder à informatização das Unidades Orgânicas Regulação Económica, Assuntos Jurídicos e Infra-estruturas e Navegação Aérea (2ª Fase do SINAC).

Considerando os objectivos traçados, importa destacar as principais actividades desenvolvidas para a sua concretização:

- Apresentação do Modelo de Atendimento;
- Trabalhos de preparação e treino;
- Ministrada a formação no software de gestão de filas de espera para o ATG - "MSWait";
- Levantamento de requisitos e início do desenvolvimento de uma aplicação informática para registo e controlo de processos documentais em trânsito.

2.4.2 Projecto de Infra-Estruturas Tecnológicas

O Projecto de Infra-estruturas Tecnológicas tem o objectivo de garantir a melhoria da fiabilidade e do desempenho dos sistemas de processamento de tecnologias de informação. É necessária, no âmbito deste projecto, a definição de uma estratégia que regule as práticas de administração e acesso aos servidores do INAC, I.P., de modo a protegê-los de falhas de segurança acidentais ou intencionais, bem como um conjunto de regras e mecanismos de controlo de acesso aos dados informáticos do INAC, I.P. por parte das entidades externas que intervenham nos sistemas de informação do Instituto.

Para a materialização deste projecto foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Início de um processo de modernização das principais tecnologias de partilha e colaboração através do reforço e da expansão de serviços de infra-estrutura¹⁴.
- Reformulação da infra-estrutura de rede de modo a garantir que o sistema de exames assistidos por computador (SEAC) seja instanciado num ambiente seguro.
- Foram desactivadas as diversas páginas *Web* que constituíam o sítio *Web* público do INAC, I.P. e foi implementado um sistema de gestão e publicação de conteúdos. Este sistema possibilitou ao INAC, I.P. obter a conformidade com o nível A relativamente aos requisitos da iniciativa de acessibilidade à *Web*.
- No âmbito da segurança física do *data-center* do INAC, I.P. foi edificada uma câmara de segurança para climatização, protecção anti-fogo, e controlo de acessos físicos ao mesmo.
- No âmbito da segurança e do desempenho dos sistemas de autorização e autenticação procedeu-se à constituição no edifício Santa Cruz da infra-estrutura necessária à recuperação da funcionalidade do domínio em caso de catástrofe. Este sistema permite, igualmente, balancear e aumentar o desempenho global da infra-estrutura.

2.4.3 Promoção de utilização de ferramentas e-government

No âmbito do trabalho desenvolvido por esta área destacaram-se as seguintes actividades:

- O sítio do INAC, I.P. tinha vindo a manter uma tendência de decréscimo da sua utilização. Esta tendência, veio reforçar, uma vez mais, a premente necessidade de reformulação do mesmo, quer ao nível do *layout* e navegabilidade, quer ao nível de alguns conteúdos e o modo como eram disponibilizados.

A construção do novo sítio do INAC, I.P. e o seu lançamento *online* em Dezembro, passou a disponibilizar conteúdos actuais, um novo *layout* e navegabilidade, cumprindo as normas de acessibilidade de nível A.

- Desenvolvimento de um sistema de informação de consultas, por browser, à informação dos Formulários de Tráfego, para produzir dados de apoio directo às actividades desenvolvidas obtenção de elementos estatísticos a enviar ao INE e GPERI.
- Implementação de um conjunto de funcionalidades na aplicação de Reclamações de Passageiros, resultante da aplicação do Regulamento (CE) n.º 261 de 2004.

¹⁴ Este reforço possibilitou a constituição de áreas seguras e de elevada performance para armazenamento de dados departamentais, publicação de sistemas aplicativos, e disponibilização de áreas pessoais na infra-estrutura do *data-center* para armazenamento de dados pessoais produzidos no âmbito da actividade institucional desenvolvida

- Desenvolvimento de uma aplicação para gestão e controlo das não conformidades resultantes das auditorias externas, efectuadas ao INAC, I.P..
- Desenvolvimento de um sistema informático para o registo e emissão das Licenças de Pilotos de Ultraleves, de acordo com os normativos em vigor.
- Desenvolvimento de um sistema informático para registo e controlo dos Certificados de Aptidão Profissional, para os profissionais ligados às Infra-estruturas e Navegação Aérea.
- Produzidas as alterações necessárias no sistema de gestão das Licenças de Pilotos de forma a contemplar os novos requisitos JAR FCL aplicáveis às competências de Radiotelefonia.
- Introdução de melhorias no Sistema de Cobranças (Tesouraria), tornando-o único, mediante a incorporação no tratamento das guias normais daquelas que resultam do processamento da Taxa de Segurança.

2.5. Eixo 4: Reforço da sustentabilidade económica-financeira do INAC,IP

O principal objectivo da área financeira focou-se na sustentabilidade económico-financeira do INAC, I.P., procurando contribuir positivamente para o Orçamento de Estado, através do aumento do *superavit* orçamental do INAC, I.P. Em paralelo, procurou-se reformular o processo de cobrança de taxa de segurança, de forma a torná-lo mais eficiente.

Dando cumprimento ao Regime de Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, e decorrente das recomendações efectuadas pelo Tribunal de Contas, procedeu-se à automatização e centralização da generalidade dos pagamentos no IGCP (vencimentos e fornecedores de bens e serviços). Ainda nesta óptica, o Instituto foi integrado (como piloto) na implementação do Sistema de Prestação de Contas dos Serviços e Organismos Públicos por via electrónica do Tribunal de Contas.

No âmbito do controlo orçamental do Instituto deu-se início à produção de um relatório mensal, que permite acompanhar a evolução da execução orçamental. Criou-se, também, um mecanismo de elaboração, gestão e controlo do orçamento do INAC, I.P. assente num modelo financeiro com informação de base histórica e base zero.

Com o propósito de melhorar a relação com os fornecedores, criou-se uma base de dados para suporte e registo de elementos identificativos, controlo de situação contributiva, correspondência trocada e outras funcionalidades inerentes aos procedimentos da área financeira.

Auditorias

Também na vertente administrativa e financeira, em 2007, foram levadas a cabo acções de Auditoria ao INAC, I.P., o que implicou um esforço significativo dos serviços no sentido de darem resposta atempada à diversas solicitações do Tribunal de Contas – Auditoria Administrativa e Financeira e da Inspeção-Geral do MOPTC.

2.6. Eixo 5: Reforço das competências dos recursos humanos

As actividades dos recursos humanos centraram-se, principalmente, no desenvolvimento de uma política que permita o reforço da competência dos funcionários, na formulação de um projecto de formação que responda de forma adequada às necessidades do sector. Assim, procedeu-se em 2007, nos termos da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, à formação de cerca de 35% dos dirigentes intermédios, com o objectivo de proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências técnicas transversais essenciais aos titulares dos cargos de direcção intermédia.

Ainda neste contexto, mas no tocante à formação profissional de carácter técnico das áreas operacionais, procurou-se criar grupos de técnicos com necessidades comuns e organizar de grupos de formação a ministrar no Instituto em detrimento da deslocação individualizada de técnicos ao exterior.

Realizaram-se os Cursos de Safety Management System (SMS) – Em parceria com a Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea (APPLA), tendo sido ministrado por formadores da International Civil Aviation Organization (ICAO), e o curso de Safety Oversight Audit Programme (SOAP) – Com o objectivo de preparar a auditoria ICAO/2009

Paralelamente à organização de acções de formação os Recursos Humanos, elaboraram-se 3 manuais¹⁵, com o fim de reforçar a organização e controlo interno.

Assente numa lógica de responsabilidade social traduzida na melhoria efectiva da qualidade de vida e na participação de invisuais e amblíopes na sociedade, promoveu-se o estágio profissional para deficiente amblíope da ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal.

¹⁵ Manual de procedimentos administrativos e financeiros tendo por base a reengenharia dos processos existentes, o Manual de Descrição de Funções para as áreas operacionais (desenvolvido em colaboração com o Gabinete de Regulamentação e Qualidade) e também um Manual de acolhimento de funcionários, com a agregação de informação de diversa natureza, disposições legais, regulamentares e funcionais inerentes ao funcionamento do Instituto.

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with a network of thin, dashed lines forming various geometric shapes, including a large circle and several triangles. Small airplane icons are scattered across the page, following the paths of the dashed lines.

03

Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

Face às orientações políticas definidas no Programa de Reforma da Administração Central do Estado (PRACE), o ano de 2007 ficou marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de estudos relacionados com a análise organizacional do Instituto e dimensionamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento do INAC, I.P.

Desenvolveu-se, para o efeito, uma análise sobre as actividades e procedimentos prosseguidos por cada Unidade Orgânica, de modo a contribuir para uma decisão sobre a estrutura mais coerente com a realidade do Instituto. Esta análise permitiu tomar, também, em consideração as recomendações das organizações internacionais (FAA – *Federal Aviation Administration*, ICAO – *International Civil Aviation Organization*, JAA – *Joint Aviation Authority* e EASA – *European Aviation Safety Agency*).

Associado a esta matéria desenvolveu-se um estudo sobre o dimensionamento dos recursos humanos por Unidade Orgânica.

A definição dos postos de trabalho por Unidade Orgânica tomou em consideração os seguintes vectores:

- Actividades e Procedimentos;
- Funções desenvolvidas por trabalhador;
- Perfil e requisitos por função.

Da análise destes vectores foi possível definir o número de postos de trabalho necessários para a prossecução das actividades das diferentes Unidades Orgânicas que permitiu a elaboração do mapa de pessoal do INAC, I.P.

A análise organizacional e o projecto de mapa de pessoal contribuíram para suportar a definição da nova Estrutura Orgânica aprovada pela Portaria n.º 543/2007, de 30 de Abril, publicada na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica do INAC, I.P. (Decreto – Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril).

De salientar que o INAC, I.P., para cumprir as suas atribuições de uma forma aceitável, deve estar dotado de pessoal técnico em número adequado e devidamente formado e com a experiência requerida pelas entidades internacionais que regulam o sector, a saber: Organização de Aviação

Civil Internacional (ICAO), Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA), Eurocontrol e Comissão Europeia.

Os sistemas de supervisão a que o INAC, I.P. está sujeito: ICAO, EASA, JAA, Eurocontrol e outras autoridades nacionais de países para os quais voam os operadores nacionais, tais como a *Federal Aviation Administration* (FAA - E.U.A.), consideram, entre outros, como ponto crítico das auditorias, a avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do INAC, I.P.

A carência de recursos humanos, ou a sua não qualificação de acordo com os *standards* e recomendações internacionais, pode comprometer gravemente, nessas auditorias, todo o trabalho desenvolvido pelo INAC, I.P. e pôr em causa o sistema nacional de supervisão dos operadores, organizações e pessoal aeronáutico nacionais, conduzindo à sua descredibilização internacional.

Considerando que é manifestamente impossível o recrutamento de pessoal especializado no sector da aviação civil e dada a dificuldade de contratação de recursos humanos na Administração Pública (BEP), o INAC, I.P. tem recorrido a pessoal avançado para suprir as suas necessidades especiais, designadamente pilotos de linha aérea, controladores de tráfego aéreo, técnicos de manutenção de aeronaves e pessoal especializado na aviação civil.

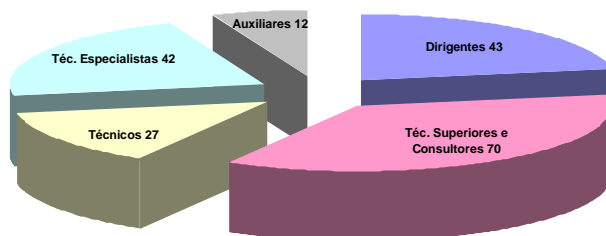
Neste contexto, é de referir que na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas no decorrer de 2007, foi identificada esta matéria como uma limitação operacional, sendo referido que “o INAC, I.P. tem necessidades imperativas de pessoal técnico com a formação requerida pelas organizações internacionais do sector”, de forma a poder desempenhar de forma eficiente as suas atribuições e competências, enquanto autoridade aeronáutica e entidade reguladora e supervisora do sector da aviação civil.

Efectivos

O ano de 2007, a exemplo do ano anterior, ficou caracterizado pela diminuição do número de efectivos de 202 para 194.

Esta diminuição implicou um maior esforço de adequação dos recursos existentes face às necessidades de recursos humanos num sector que se pauta pela especialização técnica.

Evolução dos Recursos Humanos	2005	2006	2007
Efectivos INAC	219	202	194
Nomeação	7	7	6
Requisição	1	2	2
QET	85	84	75
CIT	86	82	83
Cedências	1	2	4
Avençados / Prestadores Serviço	39	25	24
Grupos Profissionais			
Dirigentes	40	44	43
Consultores	1	3	2
Téc. Superiores	78	69	68
Técnicos	37	29	27
Téc. Especialistas	49	44	42
Auxiliares	14	13	12



Num esforço contínuo de dotar os serviços de meios humanos qualificados, o INAC, I.P., diligenciou, junto da Bolsa de Emprego Público (BEP) e Pessoal na Situação de Mobilidade Especial (SME), no sentido de recrutar pessoal qualificado, de modo a colmatar as saídas registadas em 2006 e ao longo do ano de 2007.

O recurso à figura de mobilidade dentro da administração pública não permitiu satisfazer as necessidades de pessoal existentes, dado que este procedimento é condicionado pela autorização de cedência dos recursos por parte das entidades de origem, as quais frequentemente não aprovam a transição dos seus funcionários.

O recrutamento de pessoal por recurso à mobilidade na administração pública foi realizado por cedência ocasional de trabalhador, requisição e comissão de serviço de trabalhador do sector empresarial do Estado.

Os concursos lançados para o recrutamento de pessoal na situação de mobilidade especial não permitiram recrutar trabalhadores, na medida em que, na maioria dos casos, não preenchiam os requisitos e perfis definidos. A par desta situação, alguns dos concursos ficaram desertos dado que não houve candidatos em situação de mobilidade especial.

É de notar que, o recurso ao pessoal em situação de mobilidade especial não se afigura como o mecanismo mais adequado para o recrutamento de pessoal para a realização de funções altamente especializadas, dada a especificidades do sector da Aviação Civil. Deste modo é possível referir que as necessidades de pessoal verificadas nas Unidades operacionais não podem, de forma alguma, serem colmatadas com o recurso à BEP e SME.

Nas saídas e entradas registadas ao longo do ano de 2007, tiveram grande peso, as cessações e renovações dos contratos de avença com técnicos altamente qualificados, cujo grau de especialização e formação profissional, foi determinante na contratação dos mesmos, factor igualmente de peso, pela inexistência destes recursos no âmbito da Bolsa de Emprego Público e da própria Administração Pública.

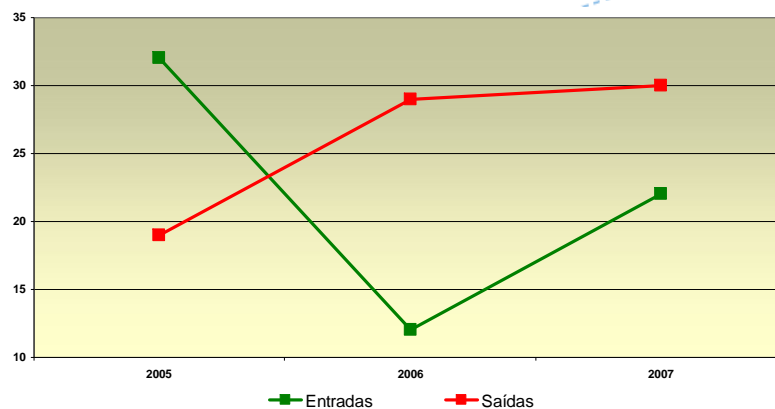
Ao longo de 2007 o Instituto foi confrontado com a desvinculação de 30 dos seus recursos humanos, situação justificada por diversos motivos, nomeadamente:

- Cessação de contrato de avença – 15;
- Aposentação – 8;
- Denúncias de contrato individual de trabalho – 3;
- Outros motivos – 4.

Destaca-se que se verificou um aumento significativo do número de aposentações face ao ano anterior, situação que decorreu em parte das recentes alterações das regras de aposentação.

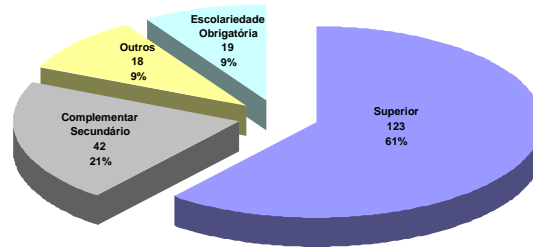
Em síntese, a evolução dos efectivos do Instituto teve subjacente a seguinte configuração:

Evolução dos Recursos Humanos	2005	2006	2007
Início do ano	206	219	202
Entradas	32	12	22
Saídas	19	29	30
Saldo de Movimentos	+13	-17	-8
Total	219	202	194



Qualificações

O INAC, I.P. tem como um dos seus objectivos, dotar os serviços de recursos humanos qualificados, de forma a garantir a prossecução das suas atribuições. Em 2007, verificou-se a manutenção do número de trabalhadores com habilitação de nível superior, abrangendo um total de cerca de 63% do universo dos trabalhadores.



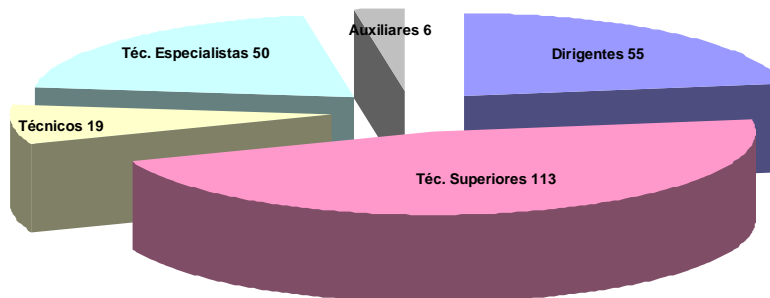
O nível habilitacional detido reflecte-se na distribuição dos trabalhadores por categorias, existindo um maior peso de Técnicos Superiores e Consultores cerca de 36 % dos efectivos.

Formação

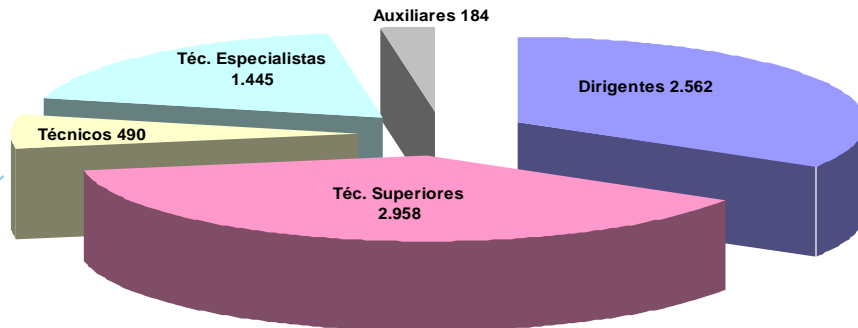
O esforço desenvolvido no âmbito da formação ao longo dos últimos anos permite que o mesmo seja reconhecido por todos os intervenientes sendo, ainda, de salientar a importância desta ferramenta como factor decisivo no processo de qualificação e valorização dos recursos humanos.

Em 2007, os custos com a formação profissional totalizaram € 91.049,32. Foram realizadas 105 acções de formação, que se traduziram num total de 7.639 horas de formação, envolvendo todas as categorias existentes no INAC, I.P., num conjunto de 243 participações.

Participações em acções de Formação



Horas de formação profissional

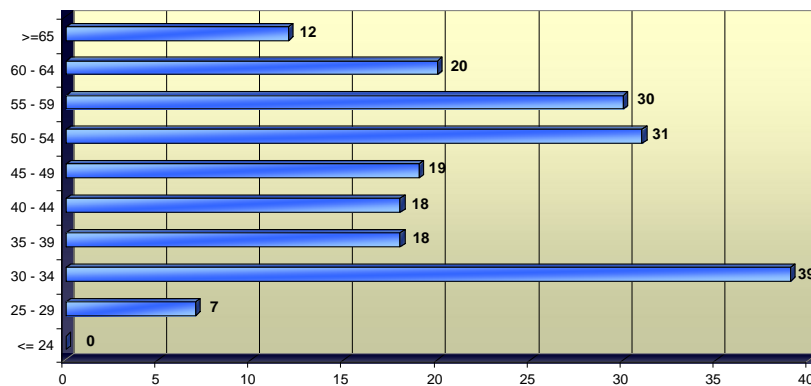


Estrutura Etária

No que respeita à distribuição dos efectivos por escalões etários, o universo dos recursos humanos do INAC, I.P. caracteriza-se por uma média de idades de aproximadamente 47 anos.

Apesar do esforço realizado no sentido de possibilitar um refrescamento do conjunto dos recursos humanos, em que muito contribuiu a entrada de novos elementos em 2005, resultado de concurso público de admissão, salienta-se que cerca de 48% dos colaboradores deste Instituto têm idades acima dos 50 anos.

No entanto, é de referir igualmente que cerca de 24% dos colaboradores têm idade inferior a 34 anos.



Outras Actividades

Durante o ano de 2007, estabeleceu-se como prioridade o aumento do número de rastreios relativos à medicina do trabalho na Unidade de Cuidados de Saúde (UCS), o que resultou num aumento de cerca de 50% face a 2006.

No âmbito da segurança, higiene e medicina no trabalho, as instalações do INAC, I.P. foram objecto de uma auditoria para avaliação das condições laborais nos edifícios 4,5 e 6 e Edifício Santa Cruz. Esta auditoria contribuiu para apurar situações que pudessem por em causa a segurança, a higiene e a saúde dos trabalhadores.

Ciente da importância desta matéria, o INAC, I.P. também disponibilizou formação profissional aos membros representantes da SHST. O objectivo de conferir formação aos representantes da SHST prende-se com a necessidade de os mesmos cooperarem com o INAC, I.P. nas acções de formação para todos os trabalhadores deste Instituto.

Os representantes da SHST participaram ainda em reuniões com a UCS, com o objectivo de contribuírem para a melhoria da eficiência dos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho. Sobre esta matéria, o Departamento de Recursos Humanos apoiou a elaboração de uma brochura sobre segurança, higiene e Saúde no trabalho da autoria dos representantes da SHST, bem como a realização de acções de sensibilização nesta vertente em todas as Unidades Orgânicas.

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with a network of thin, dashed lines forming various geometric shapes. Four small airplane icons are scattered across the page, appearing to fly along the paths of the dashed lines.

04

Relatório e Contas

4. RELATÓRIO E CONTAS

4.1. Introdução

A Conta de Gerência e demais peças finais de prestação de contas foram elaboradas tendo por base os princípios e regras inerentes ao orçamento de Estado e os princípios contabilísticos geralmente aceites definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública em vigor. A sua realização teve como base a continuidade das operações de acordo com os princípios contabilísticos da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade, da não compensação e da substância sobre a forma.

A análise efectuada no âmbito do Relatório de Contas incide sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração dos resultados) previstas no POCP.

Relativamente às demonstrações financeiras, utilizaram-se as técnicas de análise comparativa e de rácios, pese embora a última apresente condicionalismos decorrentes do facto de o INAC, I.P. obter financiamento do Orçamento do Estado através do PIDDAC.

Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que o INAC, I.P. está integrado no sector público administrativo, o que condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

Por outro lado, a análise dos indicadores de rentabilidade terá que ser enquadrada na circunstância e que os fundos próprios são constituídos pelo património inicial e pelos resultados transitados.

Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, excepto onde mencionado em contrário.

4.2. Saldos de Gerência

A conta de gerência relativa a 31 de Dezembro de 2007 apresentou um volume global de 63.243.008,23 € e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

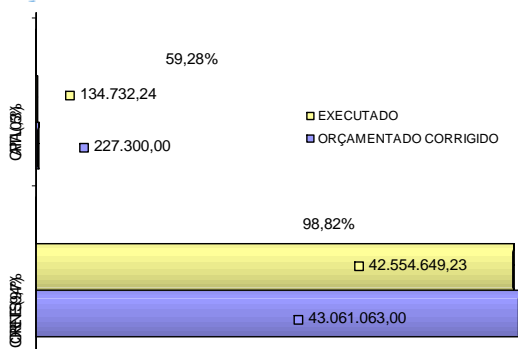
	(em Euros)
1. Saldo da gerência anterior:	
De dotações orçamentais (OE)	24.763,81
De receitas próprias	21.787.031,46
De operações de tesouraria	15.550,38
	<u>21.827.345,65</u>
2. Recebimentos na gerência:	
De dotações orçamentais (OE)	335.534,00
De receitas próprias	39.467.690,65
De operações de tesouraria	1.612.437,93
	<u>41.415.662,58</u>
TOTAL	<u>63.243.008,23</u>
3. Pagamentos na gerência:	
De dotações orçamentais (OE)	330.490,97
De receitas próprias	42.858.261,16
Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Dotações da gerência anterior	24.763,81
De operações de tesouraria	1.605.144,44
	<u>44.818.660,38</u>
4. Saldo para a gerência seguinte (1+ 2 - 3):	
De dotações orçamentais (OE)	5.043,03
De receitas próprias	18.396.460,95
De operações de tesouraria	22.843,87
	<u>18.424.347,85</u>
TOTAL	<u>63.243.008,23</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo resultante da execução orçamental foi de 18.424.347,85 € (21.827.345,65 € no final do ano económico de 2006), sendo constituído por 5.043,03 € (24.763,81 € no final do ano económico de 2006) de dotações orçamentais do OE, por 18.396.460,95 € (21.787.031,46 € no final do ano económico de 2006) de receitas próprias e por 22.843,87 € (15.550,38 € no final do ano económico de 2006) provenientes de operações de Tesouraria.

4.3. Execução Orçamental

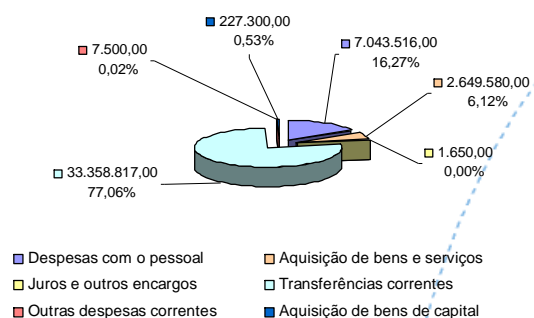
Execução da Despesa

Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida
- 03.12.00



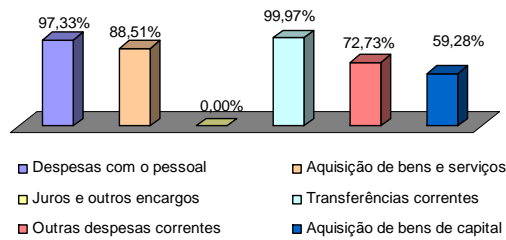
A despesa orçamentada corrigida compunha-se de 0,53% de despesas de capital e de 99,47% de despesas correntes, sendo a execução orçamental destas despesas de 59,28% e 98,82%, respectivamente.

Despesa Orçamentada Corrigida Por Agrupamento
- 03.12.00



Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve uma maior preponderância das despesas com transferências correntes (77,06%).

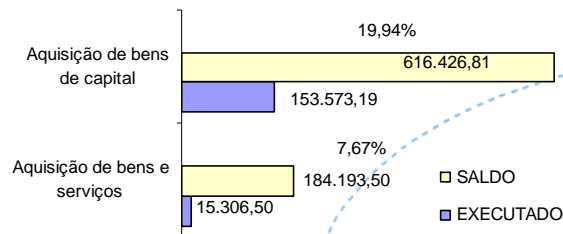
Despesa Executada
Por Agrupamento – 03.12.00



Na despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 97,33% para as despesas com o pessoal, de 88,51% para as despesas com aquisição de bens e serviços, de 99,97% para as despesas com transferências correntes, de 72,73% para as despesas com outras despesas correntes e de 59,28% para as despesas com aquisição de bens de capital. No sub agrupamento juros e outros encargos não houve execução orçamental.

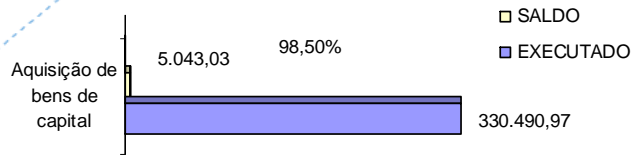
A despesa executada no orçamento 50 12 001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico totalizou 168.879,69 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 969.500,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 17,42%. A despesa orçamentada compunha-se por despesas de capital (aquisição de bens de capital) e por despesas correntes (aquisição de bens e serviços) as quais tiveram graus de execução orçamental de 19,94% e 7,67%, respectivamente.

Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.001

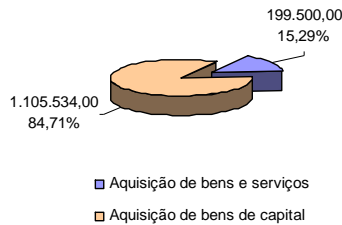


A despesa executada no orçamento 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações totalizou 330.490,97 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 335.534,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 98,50%. A despesa orçamentada compunha-se apenas por despesas de capital, nomeadamente, pelo sub agrupamento de aquisição de bens de capital.

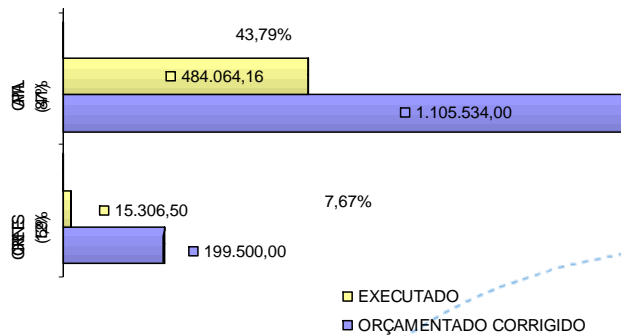
Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida – 50.12.006



Na globalidade, a despesa executada no PIDDAC totalizou 499.370,66 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 1.305.034,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 38,26%. A despesa orçamentada compunha-se por 84,71% de despesas de capital e por 15,29% de despesas correntes, sendo a execução destas despesas respectivamente, de 43,79% e 7,67%.

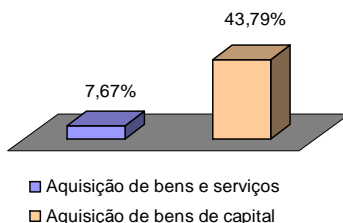


Despesa Orçamentada Corrigida Por Agrupamento



Considerando a despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 7,67% para as despesas com aquisição de bens e serviços e de 43,79% para as despesas com aquisição de bens de capital.

Despesa Executada Por Agrupamento – PIDDAC



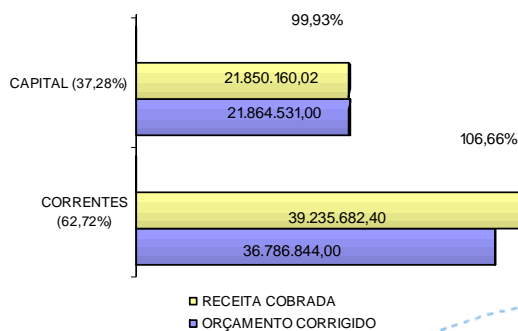
Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve um maior predomínio das despesas com aquisição de bens de capital (84,71%).

- Execução da Receita

Em 31 de Dezembro de 2007, a receita executada no orçamento 03 12 00 – Instituto Nacional de Aviação Civil totalizou 61.085.842,42 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 58.651.375,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 104,15%.

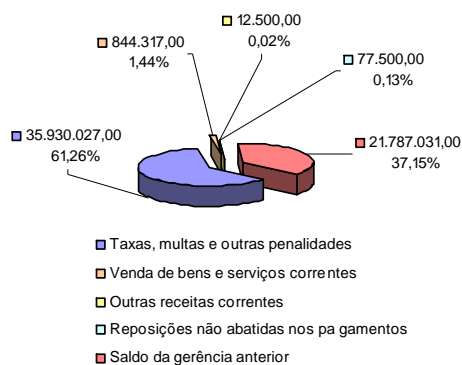
Na receita orçamentada corrigida, as receitas de capital representaram 37,28% e as receitas correntes 62,72%, sendo a execução destas receitas de 99,93% e 106,66%, respectivamente.

Receita Corrente vs Receita de Capital – 03.12.00



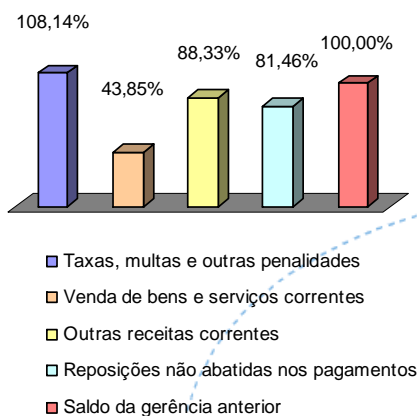
Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (61,26%).

Receita Orçamentada Corrigida Por Capítulo – 03.12.00

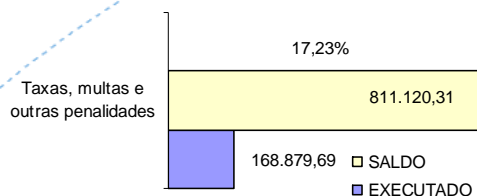


Considerando a receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 108,14% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 43,85% para as receitas provenientes de venda de bens e serviços correntes, de 88,33% para as receitas provenientes de outras receitas correntes e de 81,46% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos. Verificou-se para o saldo da gerência anterior um grau de execução orçamental de 100,00%.

Execução das Receitas Por Capítulo – 03.12.00



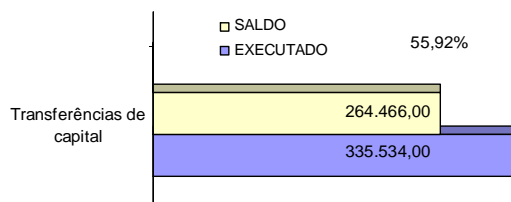
Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.001



A receita executada no orçamento 50 12 006 - Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações totalizou 335.534,00 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 600.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 55,92%.

A receita orçamentada correspondeu a receitas de capital, nomeadamente, pelo capítulo transferências de capital.

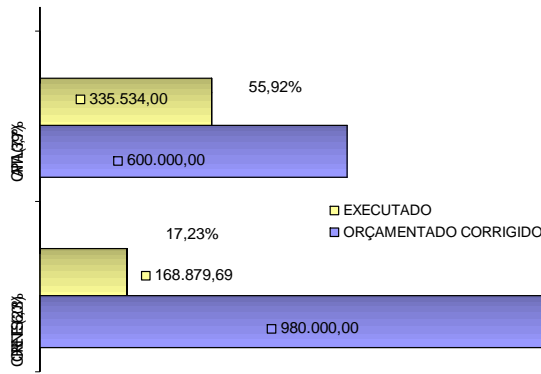
Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida – 50.12.006



Na globalidade, a receita executada no PIDDAC totalizou 504.413,69 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 1.580.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 31,92%.

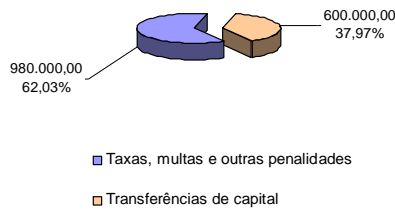
A receita orçamentada corrigida compunha-se de 37,97% de receitas de capital e de 62,03% de receitas correntes, sendo a execução destas receitas de 55,92% e 17,23%, respectivamente.

Receitas Correntes vs Receitas de Capital – PIDDAC



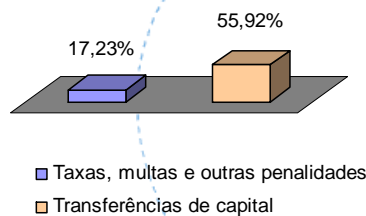
Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades (62,03%).

Orçamento Corrigido Por Capítulo – PIDDAC



Considerando a receita executada por capítulos, verificaram-se graus de execução orçamental de 17,23% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades e de 55,92% para receitas provenientes de transferências de capital.

Execução Das Receitas Por Capítulo – PIDDAC



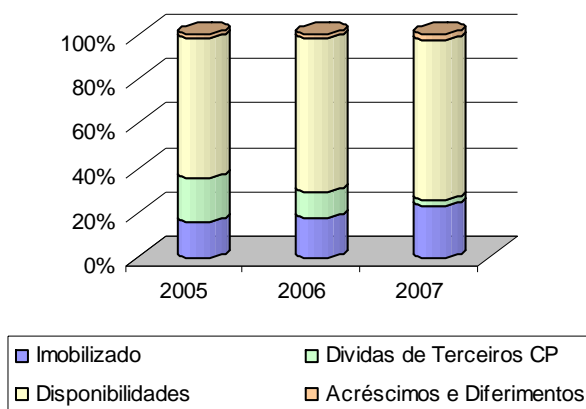
4.4. Análise às Demonstrações Financeiras

- Contas de Balanço

O activo líquido, no valor 25.851.081,90 €, é composto por imobilizado (22,82%), por dívidas de terceiros - Curto prazo (3,32%), por disponibilidades (71,27%) e por acréscimos e diferimentos do activo (2,59%).

As disponibilidades são constituídas pelo saldo em contas no Tesouro (18.253.568,68 €), pelos saldos de depósitos em instituições financeiras (137.801,54 €) e pelo saldo em caixa (32.977,63 €). O imobilizado constitui-se por bens de domínio público (1.594.455,44 €) e por imobilizações corpóreas (4.304.537,29 €). As dívidas de terceiros — Curto prazo constituem-se por utentes, c/c (597.583,54 €) e por clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, c/c (260.954,12 €).

Composição do Activo

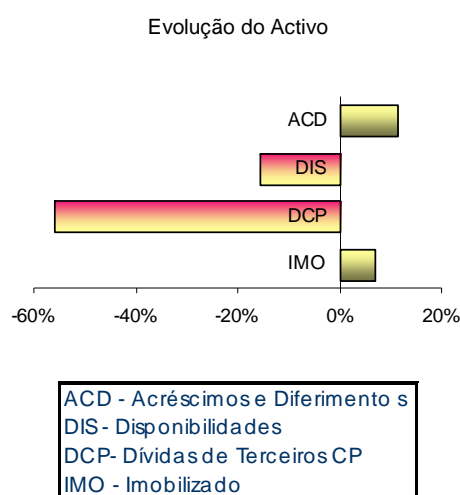


Os acréscimos e diferimentos constituem-se por acréscimos de proveitos (660.855,60 €) e por custos diferidos (8.348,06 €).

Relativamente ao exercício anterior, o activo líquido diminuiu 5.905.312,83 € (18,60%) o que se explica pela diminuição das dívidas de terceiros – Curto prazo (2.675.193,87 €) e da conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa (3.402.997,80 €) e pelos aumentos dos saldos do imobilizado líquido (237.113,75 €) e dos acréscimos e diferimentos do activo (69.653,59 €).

Verificou-se uma diminuição do passivo (4.965.633,42 €) consubstanciado na diminuição nas dívidas a terceiros – curto prazo (5.904.862,01 €) e nos aumentos nos acréscimos e diferimentos (43.960,06 €) e nas provisões para riscos e encargos (895.268,53 €). Por outro lado, verificou-se uma diminuição nos fundos próprios (939.679,41 €).

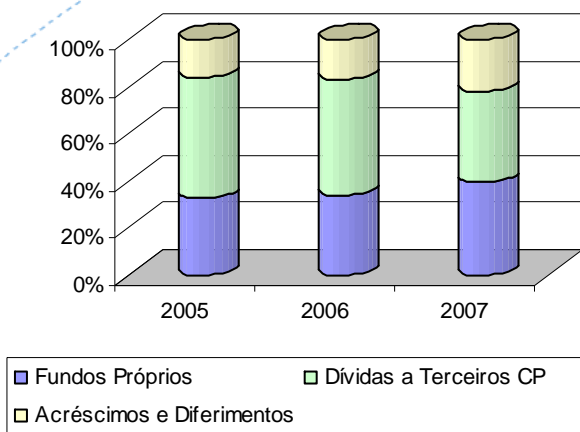
O fundo de manei necessário aumentou 3.229.668,14 € (foi negativo em 10.693.170,76 € em 2006 e aumentou para 7.463.502,62 € negativos em 2007), tendo-se verificado uma variação negativa na tesouraria de 3.377.304,27 €



Verificou-se, assim, que a tesouraria foi positiva em 13.643.509,58 € (17.020.813,85 € no exercício de 2006).

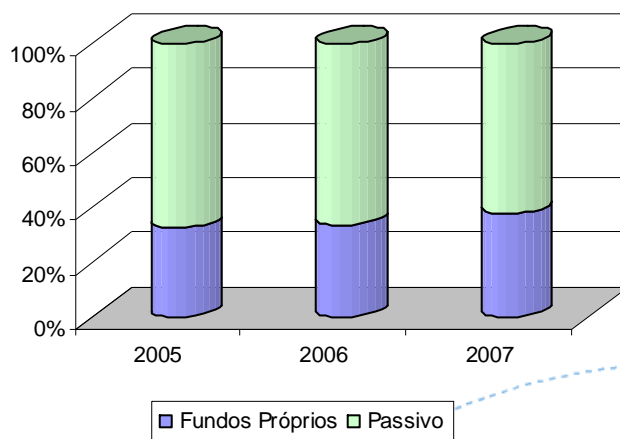
Em 31 de Dezembro de 2007, os fundos próprios representavam 39,37% do activo (33,87% no exercício de 2006), enquanto as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 38,63% (49,01% no exercício de 2006) e os acréscimos e diferimentos representavam 22,00% (17,12% no exercício de 2006).

Composição dos Fundos Próprios e do Passivo



No mesmo período, os fundos próprios representavam 60,61% (50,78% no exercício de 2006) do passivo o que evidencia um aumento na solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma razoável componente de fundos próprios.

Estrutura de Capitais



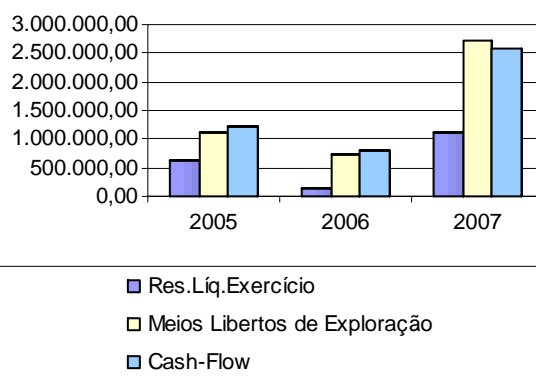
- Contas de Resultados

Os resultados líquidos do período foram de 1.105.715,10 € tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais de 1.225.252,93 €, resultados financeiros negativos em 291,89 € e resultados extraordinários negativos de 119.245,94 €

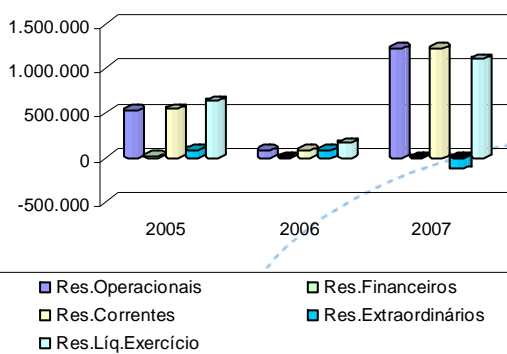
Os indicadores cash-flow e os meios libertos de exploração aumentaram em relação ao exercício anterior.

O cash-flow cifrou-se em 2.584.213,55 € (817.929,38 € no exercício anterior) e os meios libertos de exploração foram de 2.703.751,38 € (735.542,71 € no exercício anterior).

Cash-Flow e Meios Libertos de Exploração



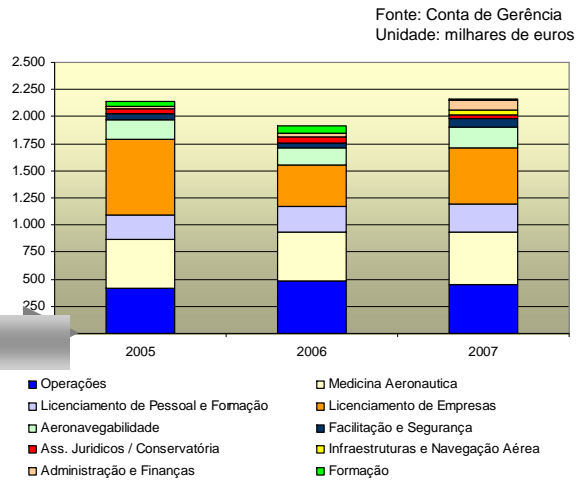
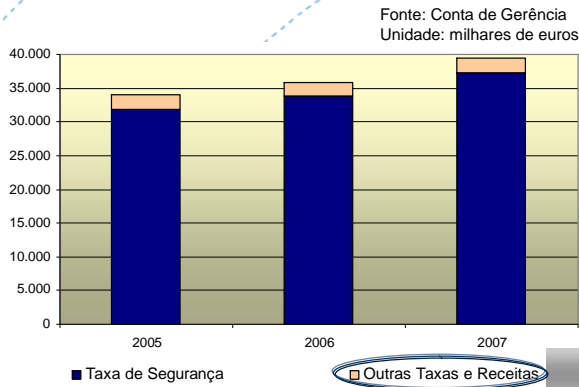
Os resultados operacionais aumentaram 1.142.542,73 € (foram de 82.710,20 € no exercício de 2006 e aumentaram para 1.225.252,93 € no exercício de 2007), os resultados financeiros diminuíram 39,54 € (foram de 252,35 € no exercício de 2006 e diminuíram para 291,89 € negativos no exercício de 2007) e os resultados extraordinários diminuíram 201.884,96 € (tinham sido 82.639,02 € no exercício de 2006 e diminuíram para 119.245,94 € negativos no exercício de 2007).



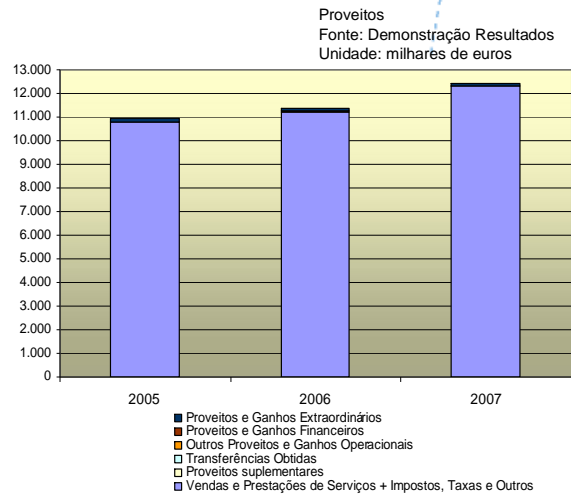
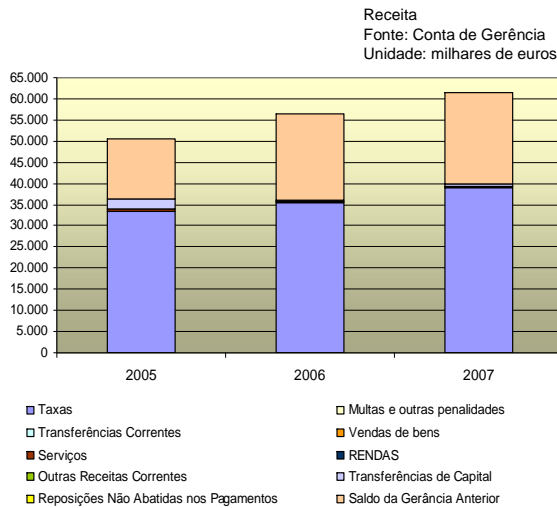
Ao nível da estrutura de custos merece destaque o peso significativo dos custos com o pessoal, os quais representam 55,89% do total dos proveitos.

- Caracterização de Aspectos de Relevância e Síntese Evolutiva

Taxa de Segurança e Outras Taxas Operacionais



Evolução da Receita Versus Proveitos



A situação económico-financeira é um reflexo das capacidades competitivas do Instituto, da forma como estas têm sido criadas e geridas internamente e percebidas externamente.

Nesta vertente a Tutela e o Ministério das Finanças têm uma importância decisiva no montante de recursos que o INAC, I.P. pode afectar à sua actividade, aquando da elaboração do orçamento, estabelecendo que parte lhe cabe do montante das taxas aplicadas.

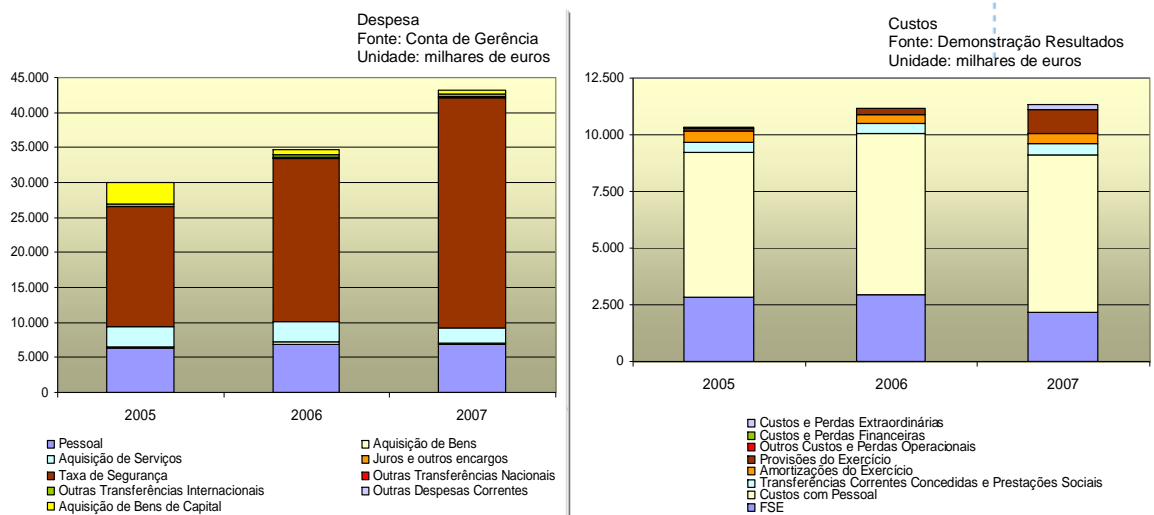
A taxa de segurança é a principal fonte de receita do INAC, I.P., representando cerca de 95% do total da receita arrecadada. Saliente-se, no entanto, que por se tratar de uma receita consignada, apenas 27,5% dos valores facturados com a taxa de segurança são proveitos do INAC, I.P., sendo o remanescente distribuído pelos diversos agentes responsáveis pela segurança e controlo da aviação civil.

Atendendo ao indicado, os resultados do INAC, I.P. são directamente influenciados por factores exógenos, designadamente as flutuações do tráfego aéreo.

Acresce que o Ministério das Finanças tem de autorizar anualmente a dispensa da regra do equilíbrio orçamental relativa à integração e utilização dos Saldos Acumulados da Gerência, para fazer face a eventuais regularizações extraordinárias da taxa de segurança transitados do ano anterior, sendo que decisões não atempadas nesta matéria podem colocar restrições importantes à gestão.

As outras taxas e receitas do Instituto são as provenientes da actividade operacional e assumem comportamentos distintos em função da respectiva natureza que lhe está associada. Neste sentido, está em curso um projecto que visa actualizar / adequar as taxas cobradas pelo INAC, I.P. tendo por base a utilização dos recursos e o investimento afecto a cada actividade, pelo que é expectável que a curto prazo o peso destas taxas assuma uma percentagem mais significativa no volume das receitas / proveitos.

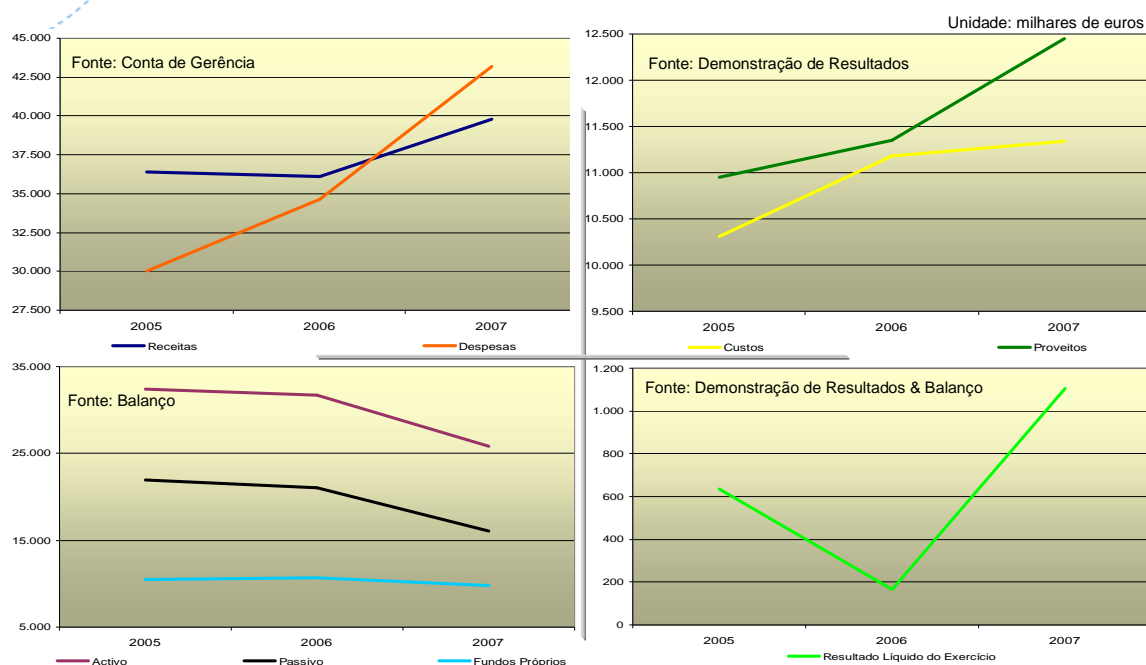
Evolução da Despesa versus Custos



No tocante aos custos é de salientar que em 2007 o INAC, I.P. reforçou a provisão existente para riscos e encargos no valor de 895.258,53 €, com o objectivo de traduzir nas demonstrações financeiras os riscos inerentes a diversos processos litigiosos em curso, o que teve um impacto significativo nos resultados líquidos do exercício.

Evolução da Estrutura Financeira

- Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras



Em 2007, o INAC, I.P. procurou regularizar a totalidade dos compromissos decorrentes da taxa de segurança transitados de anos anteriores, o que implicou um aumento extraordinário na despesa sem correspondência nos custos do exercício, no montante de 6.993.198,83 €, e conseqüentemente uma redução das disponibilidades.

De referir no entanto que, por limitações de natureza orçamental, a título extraordinário, transitaram para 2008 compromissos de natureza equivalente para com o Ministério da Administração Interna no montante de 286.026,68 € relativos ao 3.º trimestre de 2007.

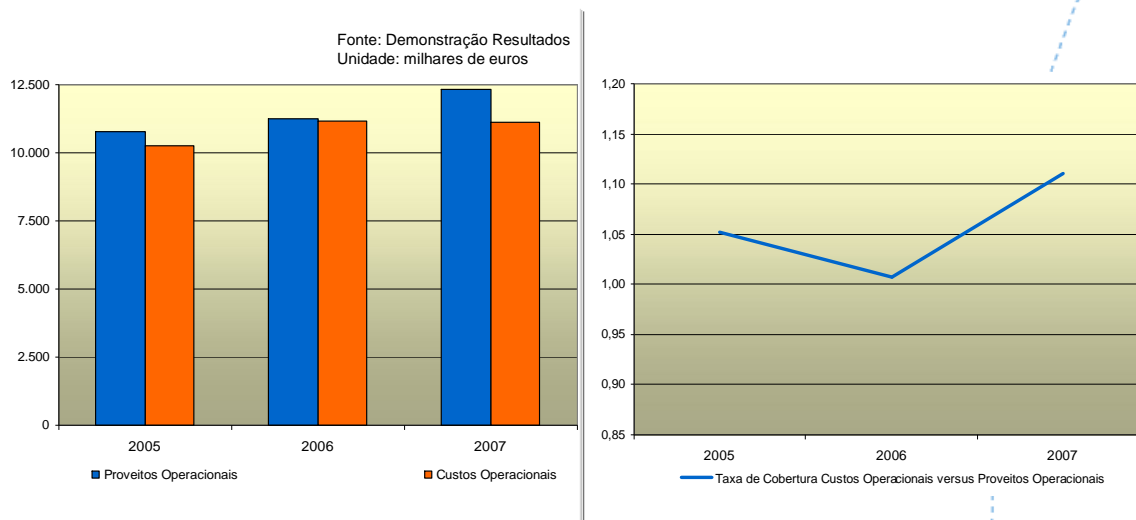
Salienta-se ainda, o impacto na estrutura das demonstrações financeiras, decorrente da regularização ocorrida na rúbrica 268 – Outros Devedores Credores por contrapartida da rúbrica 59 – Resultados Transitados, conforme adiante indicado no anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no n.º 2 do ponto 8.2.39, no montante de 1.411.598,05 €

A situação descrita, não teve impacto visível nos Fundos Próprios devido ao Resultado Líquido do Exercício de 2007, o qual ascendeu a 1.105.715,10 €

O valor global das receitas cobradas variou no período de 2005 a 2007 entre cerca de 36 e 40 milhares de euros, a que corresponderam proveitos, no período homólogo, com variação entre cerca de 11 e 12,5 milhares de euros, e resultados líquidos entre 0,636 e 1,105 milhares euros.

Considerando a integração dos saldos acumulados, que são pertença do Instituto, a posição financeira é equilibrada, ou seja, revela capacidade em ajustar o ritmo dos fluxos, resultantes da transformação das aplicações em disponível com o dos fluxos resultantes da transformação em exigível das origens.

Evolução da Taxa de Cobertura de Custos Operacionais por Proveitos Operacionais



Na análise à taxa de cobertura dos Custos Operacionais pelos Proveitos Operacionais, constata-se que o INAC, I.P. melhorou a sua performance significativamente no exercício de 2007, tendo atingindo o melhor nível dos últimos cinco anos, período em que tal rácio variou entre 1,01 e 1,11.

4.5. Demonstrações Financeiras

- Balanço

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público:				
451	Terras e recursos naturais	751.489,58		751.489,58	751.489,58
452	Edifícios	977.024,30	173.241,05	803.782,91	819.285,23
453	Outras construções e infraestruturas	51.082,21	11.859,20	39.202,92	40.470,87
454	Infraestruturas e equipamentos de natureza militar				
455	Bens de património histórico, artístico e cultural				
458	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		1.779.596,35	185.100,91	1.594.455,44	1.611.235,68
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terras e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	3.044.120,01	98.996,81	3.005.123,20	2.789.457,87
423	Equipamento básico	176.754,31	98.520,72	80.263,66	89.408,23
424	Equipamento de transporte	153.457,40	143.238,62	10.218,78	13.890,30
425	Ferromentos e utensílios	6.915,16	6.699,85	215,27	398,87
426	Equipamento administrativo	3.588.643,59	2.882.571,40	736.072,13	716.366,62
427	Texas e veículos				
429	Outras imobilizações corpóreas	879.460,80	870.509,05	8.937,77	9.408,30
442	Imobilizações em curso	469.700,48		469.700,48	421.722,11
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		8.313.103,91	4.008.568,62	4.304.537,29	4.050.853,30
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	CIRCULANTE:				
	Extensões:				
36	Materiais, primas, subsídios e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, descartáveis, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros — Médio e longo prazos				
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, etc				168,34
212	Contribuintes, etc				
213	Utentes, etc	597.583,54		597.583,54	1.180.850,91
214	Clientes, contribuintes e utentes — Títulos a receber				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.510.110,81	1.249.102,03	290.954,12	239.991,32
251	Devedores pelo execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2019	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				2.246.805,46
26	Outros devedores				
		2.107.700,35	1.249.102,03	858.537,66	3.667.620,03
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
16	Outras aplicações de tesouraria				
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	18.253.568,66		18.253.568,66	18.363.121,01
12	Depósitos em instituições financeiras	137.801,54		137.801,54	3.430.393,40
11	Caixa	82.977,03		82.977,03	83.831,24
		18.474.347,23		18.474.347,23	21.877.345,65
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de provisões	650.855,00		650.855,00	283.150,77
272	Custas diferidas	8.348,00		8.348,00	6.399,30
		659.203,00		659.203,00	599.550,07
	Total de amortizações		4.193.047,52		
	Total de provisões				
	Total do activo	31.943.319,21	5.454.909,92	24.851.011,04	31.149.335,78

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2007	2008
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	8.573.803,00	8.573.803,00
55	Ajustamentos de partes em capital de empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
59	Resultados transitados	76.354,03	1.956.551,67
60	Resultado líquido do exercício	1.105.715,10	165.095,67
		9.755.872,13	10.695.551,54
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos	1.073.954,67	175.695,34
		1.073.954,67	175.695,34
	Dividas a terceiros — Médio e longo prazos		
	Dividas a terceiros — Curto prazo:		
23 111+23 211	Empréstimos por dívida titulada		
23 112+23 212	Empréstimos por dívida não titulada		
209	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c		
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência		
222	Fornecedores — Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	11.745,49	165,94
26	Outros credores	9.629.453,49	15.476.064,98
		9.671.202,97	15.476.064,98
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	803.612,71	822.094,67
274	Proventos diferidos	4.646.429,22	4.583.907,00
		5.450.041,93	5.406.001,67
	Total do passivo	16.095.209,77	21.050.843,19
	Total dos fundos próprios e do passivo	26.851.081,90	31.756.394,73

Página 2

Abreviaturas:

AB=activo bruto.
AP=amortizações e provisões acumuladas.
AL=activo líquido.

- Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

CODIGO DAS CONTAS		EXERCÍCIOS			
POCP		2007		2006	
	CUSTOS E PERDAS				
01	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias				
02	Fornecimentos e serviços externos		2.174.425,74		2.939.061,20
	Custos com o pessoal:				
041+042	Remunerações	5.885.804,68		6.060.622,10	
043 e 048	Encargos sociais:				
	Pensões	23.785,29			
	Outros	1.047.003,35	6.990.594,32	1.022.364,30	7.102.986,40
03	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		497.508,56		498.827,40
00	Amortizações do exercício	449.341,42		415.234,09	
07	Provisões do exercício	1.009.197,03	1.478.498,45	237.597,62	692.832,51
05	Outros custos e perdas operacionais (A)	698,54	698,54	2.827,19	2.827,19
08	Custos e perdas financeiras (C)	291,89	291,89	252,35	252,35
09	Custos e perdas extraordinárias (E)	233.183,08	233.183,08	24.300,94	24.300,94
88	Resultado líquido do exercício		1.105.715,10		165.096,87
			12.448.915,88		11.348.184,32
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	12.192,83		9.785,73	
	Vendas de Produtos				
	Prestações de serviços	241.000,09	293.202,88	311.773,02	321.399,35
72	Impostos, taxas e outros	12.008.805,54		10.914.290,27	
75	Variação da produção				
73	Trabalhos para a própria entidade				
74	Proveitos suplementares	7.697,80		227,94	
741	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
	Transferências — Tesouro				
742 e 743	Outras				
70	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	3.202,32	12.079.725,00	3.167,40	10.917.685,01
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		12.332.978,54		11.239.244,96
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		113.937,14		100.939,96
			12.448.915,88		11.348.184,32
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A) =		1.225.252,93		82.710,20
	Resultados financeiros (D)-(C-A) =		-291,89		-252,35
	Resultados correntes (D)-(C) =		1.224.961,04		82.457,85
	Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		1.105.715,10		165.096,87

- Anexo ao balanço e à Demonstração de Resultados

O Instituto Nacional de Aviação Civil, IP (INAC, I.P.) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, sucedendo à extinta Direcção-Geral de Aviação Civil. Posteriormente, face à evolução verificada no sector da aviação civil e as recomendações apontadas por várias organizações internacionais (ICAO e JAA) que regulam a missão do Instituto, o Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, veio reforçar as suas atribuições e competências por forma a responder às exigências de regulação definidas a nível europeu e internacional.

Conforme o estipulado no “Capítulo V – Regime Financeiro e Patrimonial”, no art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, a contabilidade do INAC, I.P. deve ser elaborada segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Até ao exercício económico de 2000, a contabilidade do INAC, I.P. caracterizou-se por ser uma contabilidade de caixa. Na sequência de entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 20 de Setembro, deu-se início no exercício económico de 2001 à implementação da contabilidade nos termos daquele plano.

Para o efeito houve a necessidade de proceder ao registo dos saldos iniciais, obtendo-se o balanço inicial a partir dos elementos activos e passivos constantes do inventário à data de 1 de Janeiro de 2001.

As presentes demonstrações financeiras reportam ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de Fevereiro.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Instituto ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Caracterização da entidade

Identificação

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, IP
Rua B, Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz
Aeroporto da Portela 4
1749-034 Lisboa

O INAC, I.P. é um organismo público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeito à tutela do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Legislação

O INAC, I.P. foi criado pelo Decreto-Lei n.º 133/98, de 15 de Maio, tendo por finalidade supervisionar, regulamentar e inspeccionar o sector da Aviação Civil no espaço nacional e no internacional confiado à jurisdição portuguesa. O Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, veio reforçar as suas atribuições e competências para responder às exigências de regulação definidas a nível europeu e internacional.

A estrutura organizacional

A estrutura organizacional efectiva foi objecto de esquematização em ponto anterior, designadamente sob a forma do organograma.

A actividade desenvolvida pelo INAC, I.P. no decorrer do ano continuou a concentrar-se, essencialmente, na supervisão e regulamentação do sector da Aviação Civil, conforme detalhe ao longo do relatório.

Recursos Humanos

O Conselho Directivo do INAC, I.P. (Pessoal Dirigente) é constituído por um Presidente e três vogais (dois no início da gerência).

O INAC, I.P. é constituído, a 31 de Dezembro de 2007, por um quadro de 194 trabalhadores, dividindo-se estes em 77 em regime de requisição, 24 em prestação de serviços, 6 em pessoal de nomeação, 4 em comissão de serviço e 83 em contrato sem termo.

No que respeita às Unidades Orgânicas, o seu número ascende a 10.

Organização contabilística

1. Não existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado, no entanto foram definidos dois regulamentos, um de receita e um de despesa, que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

Encontra-se em fase de elaboração o Manual de Procedimentos da área financeira, tendo alguns dos procedimentos elaborados merecido aprovação superior durante a gerência.

2. Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.

3. Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- Despesas – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (factura ou documento equivalente), autorização de pagamento, documento comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por ordem de pagamento separados de acordo com a classificação económica das despesas públicas;
- Receitas – Folhas de caixa diárias com guias de receita relativas a vendas e prestação de serviços produzidas pelo sistema informático de facturação, as quais servem de apoio ao registo da liquidação das guias de cobrança e receitas. Estes documentos estão arquivados por dias;
- Outras operações – As requisições de fundos de transferências do PIDDAC estão arquivadas por número de documento. Além disso, existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais de documentos de suporte. Existe ainda um arquivo das restantes operações de tesouraria, tais como as entregas do IVA liquidado.

4. O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e os códigos de contas previstos no plano de contas do INAC, I.P.

5. Relativamente às demonstrações financeiras intercalares, o INAC, I.P. elabora demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão e enviadas às respectivas entidades de controlo.

6. Não existe descentralização contabilística.

Outra informação considerada relevante

1. Oportunidade da informação – A informação contabilística encontra-se disponível nos serviços financeiros e na tesouraria. A informação financeira é introduzida diariamente no sistema informático de apoio à contabilidade.
2. Revisão dos registos contabilísticos – São objecto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental e com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.
3. Reconciliações bancárias – As reconciliações bancárias são efectuadas quinzenalmente. Sempre que se verificaram diferenças, as mesmas foram averiguadas e prontamente regularizadas.

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O critério utilizado na valorimetria das rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados foi o do custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das taxas constantes com base nas taxas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de Abril de 2000.

Os movimentos ocorridos nas contas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões são os que constam dos quadros em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.

A classe 5 – Fundo patrimonial é constituída pelo valor do património inicial, pelos resultados transitados e pelo resultado líquido do exercício.

Como variação positiva foi registado o resultado líquido de 2006 como os resultados transitados. Para além desta variação foram efectuadas regularizações de saldos resultante da correcção a saldos de e a terceiros que constavam das demonstrações financeiras de anos anteriores.

8.2.37 – A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.

8.2.38 – A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro em anexo à conta de gerência conforme Guia de Remessa.

8.2.39 – Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

1. Seguindo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – Movimentação da conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento do POCP, as dívidas de e a terceiros não transitaram para a conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento ficando registadas nas contas originárias;
2. O saldo da conta 268 - Devedores e Credores Diversos foi objecto de regularização por contrapartida da conta 59 – Resultados Transitados, no montante de 1.411.598,05 €. Este acerto teve inerente a rectificação contabilística sobre a decisão tomada aquando do processo de fecho de contas da Gerência de 2001, que pretendeu identificar este valor como uma dívida ao INAC, I.P. por parte da entidade IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. Face à natureza da operação inicialmente ocorrida, mediante análise de todo o processo e do estipulado no n.º 8 do artigo 4.º de Decreto-Lei n.º 459/82, de 26 de Novembro, considerou-se que se encontrava indevidamente reconhecida tal dívida de terceiros;
3. Foram registados acréscimos de custos e de proveitos a 31 de Dezembro de 2007;
4. Relativamente à conta 271 – Acréscimos de proveitos foram registados os proveitos respeitantes a 2007 mas que apenas serão facturados em 2008, nomeadamente as taxas de segurança e outras taxas nos montantes de 612.207,72€ e 48.647,88€ respectivamente (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações);
5. O saldo de 803.612,71 € da conta 273 – Acréscimos de custos reflecte encargos com remunerações a liquidar no ano seguinte cujos custos reportam ao presente exercício, nomeadamente o subsídio e o mês de férias. Para além destes, existem ainda consumos de outros fornecimentos e serviços para os quais as facturas datam de 2008 mas que concorrem para o apuramento de resultados deste exercício, designadamente electricidade, comunicações, e outros trabalhos especializados (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações);
6. A conta 272 – Custos diferidos, evidencia o valor relativo à quota-parte dos custos que deverão ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente prémios de seguros cujo período de vigência supera o presente exercício (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações);
7. O saldo da conta 274 – Proveitos diferidos evidencia os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado (PIDDAC) considerados subsídios ao investimento no valor de 4.641.386,919 €, os quais foram utilizados na aquisição de activos e ainda o montante de

5.043,03 € referente a verbas ainda não aplicadas nesta gerência, transitando como saldo de gerência (para uma melhor leitura ver o balancete analítico da geral relativo ao período de regularizações);

8. A 31 de Dezembro reconheceram-se proveitos extraordinários no montante 85.465,71 € respeitante às amortizações dos bens que foram financiados com subsídios ao investimento. Para além deste montante os restantes proveitos extraordinários correspondem às designações das respectivas contas do balancete analítico;
9. Foram registados na conta 69 – Custos extraordinários de montantes relativos a multas e a correcções efectuadas a exercícios anteriores relativas a anulações de guias de taxas emitidas em anos anteriores, restituições de valores cobrados em anos anteriores e regularizações de saldo de dívidas a terceiros;
10. Registaram-se na conta 67 – Provisões do exercício os reforços de provisões de cobrança duvidosa no valor de 133.888,50 € relativas a taxas emitidas a clientes, contribuintes e utentes que se encontram na situação de cobrança duvidosa e um montante de 895.258,53€ relativo a provisões para riscos e encargos referente a processos litigiosos que decorrem em Tribunal.

4.6. Indicadores Económico-Financeiros

	2007	2006	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
LIQUIDEZ E ROTAÇÕES				
Liquidez geral	1,411	1,303	0,108	8,32%
Liquidez imediata	1,227	1,045	0,181	17,34%
Fundo de maneo líquido (em euros)	6.180.006,96	6.327.643,09	-147.636,13	-2,33%
Rotação do activo líquido	0,48	0,354	0,12	34,80%
Rotação de clientes, alunos e utentes	5,851	4,431	1,42	
ESTRUTURA FINANCEIRA				
Endividamento	62,26%	66,32%	-	-4,06%
Autonomia financeira	37,74%	33,68%	-	4,06%
Solvalidade	60,61%	60,78%	-	9,83%
Fundo de maneo necessário (em euros)	-7.463.502,62	-10.693.170,76	3.229.668,14	
Tesouraria (em euros)	13.643.809,86	17.020.813,85	-3.377.304,27	-19,84%
RENTABILIDADE E MEIOS				
Rentabilidade do activo líquido	4,28%	0,52%	-	3,76%
Rentabilidade dos fundos próprios	11,33%	1,54%	-	9,79%
Meios libertos na exploração (em euros)	2.703.751,38	735.542,71	1.968.208,67	
Cash-flow (em euros)	2.884.213,95	817.929,38	1.706.284,17	
Equação de Dupont:				
Margem líquida sobre vendas	8,97%	1,47%	-	7,50%
Rotação do activo líquido	0,48	0,354	0,12	34,80%
Multiplicador dos fundos próprios	2,65	2,97	-0,32	-10,75%

4.7. Perspectivas Futuras

Na perspectiva financeira prevê-se para 2008 a existência de diversos factos que condicionarão em parte a actividade do INAC, I.P., com os consequentes impactos nas demonstrações financeiras, dos quais se salientam, designadamente:

- a) Alargamento do Espaço Schengen – A adesão de 10 novos países, em 2008, ao Espaço Schengen representará uma redução na receita e nos proveitos do Instituto, respectivamente de 1.037.377,93 € e 285.278,93 €;
- b) Reserva Legal – Aquando da elaboração do orçamento para o exercício de 2008, foi imposta ao Instituto a constituição de uma reserva legal em cerca de 1 milhão de euros, a qual em conjunto com as restantes regras de contenção orçamental a cumprir irão causar constrangimentos diversos ao nível do funcionamento e investimento;
- c) Custos de Reestruturação / *Downsizing* – No âmbito da reestruturação orgânica do Instituto, com a consequente redução dos cargos dirigentes, em 2008, o Instituto irá incorrer no orçamento de funcionamento em despesa para indemnizações dos dirigentes cessantes, em cerca de 250.000 euros;
- d) Investimento – Em 2008 o Instituto continuará a sua política de investimento e renovação dos recursos tecnológicos e materiais, consubstanciada pela implementação de novas soluções informáticas, renovação dos meios tecnológicos existentes, simplificação e optimização de procedimentos, bem como, pela renovação do espaço físico dos edifícios 4, 5 e 6.

4.8. Parecer do Fiscal Único

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with a network of thin, dashed lines forming various geometric shapes. Four small airplane icons are scattered across the page, appearing to fly along the dashed lines.

05

Notas Finais

5. NOTAS FINAIS

O balanço da actividade desenvolvida em 2007 pode caracterizar-se pelo cumprimento da generalidade dos diferentes projectos que constavam do Plano de Actividades, apesar dos constrangimentos decorrentes da escassez de recursos humanos.

No plano económico-financeiro o Instituto garantiu a sua sustentabilidade, tendo sido alvo de várias auditorias que confirmaram a solidez das contas.

No ano de 2007, foi decidida a reestruturação do Instituto, subjacente à lógica do PRACE, tendo-se iniciado um processo de adaptação e de reorientação estratégica.

No Plano internacional, e conforme já enunciado, a Presidência Portuguesa da UE no 2º Semestre e a 36ª Assembleia da ICAO condicionaram, de forma marcante, a actividade do Instituto, mas alargou-se o âmbito da sua intervenção nas instâncias internacionais.

Pode concluir-se que, no decorrer de 2007, o INAC, I.P. desenvolveu a sua actividade no sentido de cumprir a sua missão organizacional e de melhorar a sua capacidade de resposta institucional.

Consideram-se desafios para o futuro a concretização da nova estrutura organizacional e a definição de estratégias e linhas de orientação que consolidem a posição do INAC, I.P. em termos nacionais e internacionais, promovendo de forma continuada, o reforço da segurança da aviação civil, através de uma acção inspectiva e de supervisão mais assertiva, reformulando o modelo regulatório do sector, mantendo a sustentabilidade financeira e zelando pela prestação de um serviço de qualidade ao cliente.

INAC

Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

The background features a light blue color with a network of thin, dashed white lines that create a grid-like pattern. Several small, dark blue airplane icons are scattered across the page, appearing to fly along the lines.

06

Glossário

6. GLOSSÁRIO

AIP	Aeronautical Information Publication
AIS	Serviço de Informação Aérea
APPLA	Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea
AMC	Centro de Medicina Aeronáutica
AME	Examinador Médico Autorizado
ANT	Air Navigation Team
APAVT	Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo
ASMA	Aerospace Medical Association
ATS	Serviço de Tráfego Aéreo
AWO	All Weather Operations
AWO-LVO	Operações de Baixa Visibilidade
BEP	Bolsa de Emprego Público
CAP	Certificado de Aptidão Profissional
CNEFF	Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais
CNS	Sistema de Comunicação Navegação e Vigilância
COA	Certificado de Operador Aéreo
COTA	Certificado de Operador de Trabalho Aéreo
DOA	Design Organization Approval
EANPG	European Air Navigation Planning Group
EASA	European Aviation Safety Agency
EASA/AGNA	European Aviation Safety Agency - Advisory Group of National Authorities
ECAC	European Civil Aviation Conference (CEAC)
ELTs	Emergency Locator Transmitters
ESARR's	European Safety Regulatory Requirements
ESP	European Safety Programme
ETOPS	Extended Twin Range Operations

ETSO	Componentes
EUROCONTROL	European Organisation for the Safety of Air Navigation
FAA	Federal Aviation Administration
FAP	Força Aérea Portuguesa
FBCF	Formação Bruta Capital Fixo
FTO	Flight Training Organisation
FSTD	Full Flight Simulator
GAERE	Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas
GASR	Group of Aerodromes Safety Regulators
GPIAA	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves
IASA	International Aviation Safety Assessment
IATA	International Air Transport Association
ICAO	Internacional Civil Aviation Organization
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IM	Instituto de Meteorologia
JAA	Joint Aviation Authority
LCIP	Local Converge and Implementation Plan
MCAHDR	Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação
MTO	Organização de Manutenção de Aeronaves
NAV	Empresa de Navegação Aérea, EPE
NOTAM	Notice to Airmen
OGMA	Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica
OOV	Oficial de Operações de Voo
OSEA	Operador de Socorros e Emergência de Aeródromos
PIB	Produto Interno Bruto
PB	Piloto Balões
PCA	Piloto Comercial de Aeronaves

PCH	Piloto Comercial de Helicópteros
PDM	Plano Director Municipal
PEA	Plano de Emergência de Aeródromos
PIB	Produto Interno Bruto
PLAA	Piloto de Linha Aérea de Aeronaves
PLAH	Piloto de Linha Aérea de Helicópteros.
POA	Production Organisation Approval
PP	Piloto Planadores
PPA	Piloto Particular de Aeronaves
PPH	Piloto Particular de Helicópteros
PSAR	Programa de Segurança de Agente Reconhecido
PSEA	Programa de Segurança de Empresa Aérea
RAN	Registo Aeronáutico Nacional
RF	Registered Facility

